

Quilombos das Américas

Articulação de Comunidades Afrorrurais



Documento Síntese

Quilombos das Américas

Articulação de Comunidades Afro-rurais



Documento Síntese

Governo Federal

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**
Ministro Wellington Moreira Franco



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcelo Côrtes Neri

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretora de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Luciana Acioly da Silva

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas, Substituto

Claudio Roberto Amitrano

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Francisco de Assis Costa

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Rafael Guerreiro Osorio

Chefe de Gabinete

Sergei Suarez Dillon Soares

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Quilombos das Américas

Articulação de Comunidades Afro-rurais



Brasília, 2012

Documento Síntese

EQUIPE DE TRABALHO DO PROJETO

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (Ipea)

Fernanda Lira Goes, Técnica de Planejamento e Pesquisa
Josenilton Marques Silva, Pesquisador

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SEPPIR)

Luiza Bairos, ministra de Estado-Chefe da SEPPIR
Silvany Euclenio, secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais da SEPPIR
Bárbara Oliveira Souza, diretora de programas da SEPPIR
Luana Lazzeri Arantes, gerente de projetos da SEPPIR
Mária do Socorro Guterres, gerente de projetos da SEPPIR
Magali Naves, assessora internacional da SEPPIR
Silvana Rezende, assessora da SEPPIR
Mária das Graças Serafim Cabral, assessora da SEPPIR

Agência Brasileira de Cooperação (ABC); Ministério das Relações Exteriores (MRE-Itamaraty)

Embaixador Fernando José de Abreu, diretor
Paulo Peixoto, gerente de programa e projetos especiais
José Claudio Klein, técnico analista de projetos

CONAQ

Núbia Cristina Santana de Souza – AP
Ivo Fonseca – MA

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Edson Guiducci Filho, pesquisador de sociologia rural
Nuno Rodrigo Madeira, pesquisador de fitotecnia

Fundação Cultural Palmares (FCP)

Daniel Brasil, assessor internacional

Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (Iica)

Breno Aragão Tiburcio, coordenador técnico da representação do IICA no Brasil
Marco Ortega, especialista em agronegócios e comercialização da representação do IICA no Brasil

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)

Givânia Maria da Silva, coordenadora geral de regularização de territórios quilombolas

ONU Mulheres

Ana Carolina Querino, coordenadora temática para o empoderamento econômico das mulheres

Danielle Valverde, assessora de Programa para o Empoderamento Econômico das Mulheres

Juliana Maia, assistente de Programa para o Empoderamento Econômico das Mulheres

Eunice Borges, coordenadora temática para liderança e participação política das mulheres

Anita Campos, assistente de comunicação do programa interagencial para a promoção de igualdade de gênero, raça e etnia

Andrea Azevedo, assistente do Programa Interagencial para a Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

Luis Fujiwara, coordenador do Programa Interagencial para a Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Edmilton Cerqueira, coordenador de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais
Francesco Pierrí, chefe da Assessoria Internacional e de Promoção Comercial

Secretaria Geral Ibero Americana (SEGIB)

German Garcia da Rosa
Murilo Lobo

Consultores

Paula Balduino de Melo, coordenadora consultora da ONU Mulheres
Priscila Prado, consultora de ciências da terra
Carlos Alberto Santos de Paulo, consultor de ciências sociais
Raimundo Marques, consultor administrativo

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2012

Quilombos das Américas : articulação de comunidades afrrurais : documento síntese. – Brasília : Ipea : SEPPIR, 2012.
79 p. : gráfs., tabs. fots.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7811-158-8

1. Quilombo. 2. Comunidade Negra. 3. Direito da Terra. 4. Américas. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. II. Brasil. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade.

CDD 305.896098

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

*A água é a seiva do nosso planeta.
Ela é a condição essencial de vida de todo ser vegetal, animal ou humano.*

Declaração Universal dos Direitos da Água

*“Um rio, por e para ser rio, traz sua fonte em cada fluxo de sua corrente.
A fonte está presente em toda a passagem de suas águas”.¹*

Emmanuel Carneiro Leão

1. Essas são reverências ao poder das águas, especialmente em torno da aglutinação de pessoas e da formação e manutenção de povos. No Equador, será visto que Valle del Chota, La Concepción e Salinas se constituíram em torno do rio Chota-Mira. No Brasil, o território de Empata Viagem tem como espinha dorsal o ribeirão da Velha Honória. E no Panamá, além do mar que fornece recursos pesqueiros mantenedores do corregimento de Garachiné, há inúmeras veias de água doce cruzando o território.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA SEPPIR	9
APRESENTAÇÃO DO IPEA	11
APRESENTAÇÃO DOS PARCEIROS NACIONAIS	13
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
ESTRATÉGIAS DE PESQUISA DO PROJETO QUILOMBOS DAS AMÉRICAS.....	21
CAPÍTULO 2	
MARCOS LEGAIS INTERNACIONAIS.....	23
CAPÍTULO 3	
MARCOS LEGAIS NACIONAIS.....	25
CAPÍTULO 4	
HISTORIOGRAFIA: DADOS DOCUMENTAIS E RELATOS	29
CAPÍTULO 5	
IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE	41
CAPÍTULO 6	
SOBERANIA ALIMENTAR	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	73
ANEXO	75

APRESENTAÇÃO DA SEPPIR

A maioria dos países das Américas compartilha aspectos fundantes de sua formação social e econômica, com destaque para a contribuição dos africanos e de seus descendentes na produção da riqueza material e cultural da região. Contudo, o reconhecimento de tal importância não esconde a constatação de que a experiência histórica de parte significativa destes segmentos tem sido marcada pela exclusão do desenvolvimento.

Ao longo do tempo, e na contramão dos processos de negação e de discriminação, destaca-se o fato de que inúmeras comunidades rurais foram capazes de manter suas próprias organizações em defesa do direito a uma vida digna, bem como valores e culturas de matriz africana, que lhes asseguraram reprodução física, social, econômica e cultural nos territórios onde vivem.

O Projeto Quilombos das Américas é a primeira experiência na qual governos, organizações internacionais e organizações comunitárias reúnem esforços para a afirmação da importância das comunidades afro-rurais no desenvolvimento dos países que estas ajudaram a construir. Por meio do intercâmbio de experiências, o projeto visa ao aperfeiçoamento de políticas públicas que garantam a soberania alimentar e o acesso pleno a direitos econômicos, sociais, políticos e culturais a estas comunidades.

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR) está convencida de que a atuação conjunta é a chave para estimular variadas formas de cooperação internacional na promoção da igualdade e da inclusão social. As ações deste projeto propiciaram vínculos com parceiros nacionais e internacionais que exigiram, pela inovação da gestão compartilhada, um modo particular de cooperação e incidência que poderá inspirar outras iniciativas.

Sendo assim, a SEPPIR agradece à Corporação de Desenvolvimento Afro-equatoriano da Presidência da República do Equador (Codae) e à Secretaria Executiva para a Etnia Negra da Presidência da República do Panamá (SEEN), pelo empenho e pela abertura às demandas do projeto. Agradece-se de modo especial às comunidades afro-rurais e às suas representações por compartilharem seus conhecimentos e saberes de forma tão generosa, atenta e ativa. E, por fim, aos organismos nacionais e internacionais, pesquisadores, colaboradores e funcionários que possibilitaram a realização exitosa desta primeira fase do projeto.

Espera-se que o documento síntese das ações, apresentado a seguir, contribua para sugerir novos caminhos para os próximos anos, no sentido da institucionalização do Projeto Quilombos das Américas como um projeto de cooperação técnica regional.

Luiza Bairros
Ministra de Estado Chefe da SEPPIR/PR

APRESENTAÇÃO DO IPEA

Muitos migrantes africanos vieram para o continente americano como mão de obra forçada. A constituição de quilombos foi uma das principais ações de resistência ao sistema escravocrata, combinada às fugas e às revoltas. As comunidades remanescentes de quilombos constituem-se em atores de relevância ímpar, que devem ser levados em consideração para se garantir, de fato, o respeito às diversas identidades que contribuem para o desenvolvimento social dos países da América.

Uma das principais questões enfrentadas pelas populações quilombolas nos mais diversos países ainda é a propriedade das terras onde habitam, desde seus antepassados até as gerações atuais. No Brasil, a Lei de Terras (1850), de certo modo, desestruturou a possibilidade do acesso universal à posse de terra e, hoje, a população remanescente de quilombos permanece em uma situação frágil, porque, apesar de terem o direito à terra, este direito é questionado e difícil de ser concretizado. Ainda que seja um país de tamanho continental, o acesso à terra é uma questão desafiadora.

Para o Ipea, participar do Projeto Quilombos das Américas: Articulação de Comunidades Afrorrurais é estar atento aos desafios dos quilombos brasileiros em estudos comparativos com outras comunidades afrorrurais. Os governos do Brasil, do Equador e do Panamá são parceiros que contribuem para o fortalecimento do diálogo entre estas comunidades.

O pioneirismo do projeto reflete-se na conjuntura de diversas instituições parceiras que assumiram as visitas de campo nos quilombos selecionados dos três países. Os resultados destas pesquisas expõem como as aproximações destes três cenários podem contribuir para o debate acerca das demandas das comunidades quilombolas. Os dados qualitativos sintetizados nos relatórios de pesquisa e nesta publicação podem servir como facilitadores dos diagnósticos das situações das comunidades afrorrurais nas Américas.

Dessa forma, o Ipea contribui para os estudos sobre integração da América do Sul. A aproximação dos Estados inclui, necessariamente, o diálogo entre seus povos.

Marcelo Côrtes Neri
Presidente do Ipea

APRESENTAÇÃO DOS PARCEIROS NACIONAIS

O Projeto Quilombos das Américas: Articulação de Comunidades Afrrurais busca o fortalecimento das comunidades afrrurais nas Américas, tendo como eixos a *soberania alimentar* e o *acesso a direitos*. Para tanto, este projeto se articulou no sentido de sistematizar os aspectos sociais, econômicos, alimentares, institucionais, tecnológicos e culturais em territórios de comunidades no Equador, no Panamá e no Brasil, com vistas a construir redes de cooperação entre estes territórios.

A ideia de fomentar a elaboração de projetos regionais – a partir dos elementos prioritários identificados em um levantamento prévio – atraiu múltiplos parceiros no âmbito do governo brasileiro e de organismos internacionais, visando constituir uma base de dados e formar um acervo documental e informativo para subsidiar a elaboração e a implementação de políticas públicas para comunidades afrrurais da região.

As instituições participantes do projeto constituem um comitê gestor do projeto composto por todos os parceiros, por meio de uma engenharia complexa entre entidades nacionais e internacionais, governo e sociedade civil, capaz de impulsionar o trabalho, consolidando resultados e perspectivas de continuidade.

Na primeira fase do projeto, o comitê realizou o levantamento extenso de políticas públicas, programas, atividades, projetos governamentais e legislação afeta ao tema do projeto nos países envolvidos. Além disso, o comitê elaborou a compilação de trabalhos acadêmicos e outras pesquisas, tendo em vista a formulação de um quadro analítico orientador para a identificação de possibilidades de cooperação. Por fim, o comitê efetuou a caracterização dos aspectos sociais, culturais, econômicos e históricos das comunidades afrrurais selecionadas nos países, por meio de trabalho de campo.

O objetivo de iniciar a construção de parcerias interinstitucionais e a articulação de territórios afrrurais nos países envolvidos, estabelecendo mecanismos, instrumentos legais e espaços para a cooperação internacional, foi plenamente alcançado. A articulação dessas comunidades tem um grande potencial tanto no âmbito nacional quanto internacional e precisa ser divulgada como uma ação exitosa.

As instituições parceiras do Projeto Quilombos das Américas: Articulação de Comunidades Afrrurais têm o prazer de apresentar uma síntese dos resultados dessa primeira etapa do projeto e apontar desdobramentos na articulação de comunidades afrrurais latino-americanas e caribenhas. Deseja-se a todas e a todos uma boa leitura!

Equipe de trabalho do projeto

INTRODUÇÃO

O Projeto Quilombos das Américas visa promover a soberania alimentar, valorizar e fortalecer as identidades de populações afro-rurais, além de fomentar sua articulação política e o acesso aos direitos econômicos, sociais e culturais. Objetiva, ainda, estreitar os laços entre governos e organismos internacionais, visando ao aperfeiçoamento de políticas públicas e impulsionando projetos de cooperação internacional na região.

A gestão do projeto cabe às instituições apresentadas a seguir.

- 1) Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPP/IR/PR).
- 2) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).
- 3) Ipea.
- 4) Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE).
- 5) Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).
- 6) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).
- 7) Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB).
- 8) Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).
- 9) Entidade das Nações Unidas para Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres).
- 10) Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia das Nações Unidas.
- 11) Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

Em sua primeira edição, entre os meses de agosto e novembro de 2011, foram realizadas pesquisas em torno das temáticas territoriais, ambientais, produtivas, alimentares e organizacionais, nos seguintes territórios afro-rurais:

- o quilombo de Empata Viagem, no município de Marajú (Bahia, Brasil);
- o território ancestral afro-equatoriano composto por Valle del Chota, La Concepción e Salinas, nas províncias de Carchi e Imbabura (Equador); e
- o corregimento de Garachiné, na província de Darién (Panamá).

Esses territórios são habitados por grupos com identidade étnico-racial distinta. Estes desenvolvem estratégias de resistência com vistas à manutenção e à recriação de um modo de vida comum entre seus membros em determinado espaço geográfico. Seus processos organizativos caracterizam-se por trajetórias de luta e sublevação ao modelo socioeconômico baseado na escravidão. Tais grupos constroem-se tendo como referência central o território – espaço coletivo e indivisível – ocupado por meio de regras consensuais aos diversos grupos familiares que compõem as comunidades, cujas relações são orientadas pela solidariedade e pela ajuda mútua. A territorialidade configura, assim, uma plataforma de intersecção de diversos planos da vida de comunidades afrrorrais.

O quilombo de Empata Viagem está localizado no município de Maraú, que tem área total de 774,45 km² e população de 19.079 pessoas, predominantemente rural. Situa-se no litoral sul da Bahia, denominada macrorregião Litoral Sul, totalmente inserida no bioma mata atlântica. A agricultura figura entre as principais atividades que provêm o sustento desta população. São desenvolvidas culturas permanentes e de ciclo curto, e os principais produtos de ingresso são o cacau e o coco.¹ Além destes, a mandioca, a banana e o dendê são ingredientes-chave para a alimentação das famílias da região. O acesso ao quilombo de Empata Viagem dá-se por meio da BR-030, sentido Ubaitaba-Maraú, em estradas de terra mal conservadas, dificultando a chegada da comunidade à sede. No quilombo, vivem mais de 250 famílias, totalizando cerca de 1 mil pessoas, segundo informações da Associação de Quilombos da Região de Empata Viagem (AQREV) e pesquisa de campo. A ocupação do território é esparsa, configurando localidades que recebem diferentes nomes como Baixa Funda, Domingo Branco, São Paulo, Rua de Palha, Macadâmia, Pé de Serra, Empata Viagem, entre outras.

1. Segundo dados do *Censo Agropecuário 2006*, promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no *ranking* das culturas agrícolas mais praticadas no município de Maraú estão: *i*) o cacau (74%); *ii*) o coco (12%); *iii*) a borracha (8%); e *iv*) a banana (4%). Ver IBGE (2007).

FOTOGRAFIA 1

Fotografia panorâmica de Empata Viagem – Brasil

Foto: Paula Balduino de Melo.

No Equador, o projeto atuou no território ancestral, composto por Valle del Chota, La Concepción e Salinas, localizado ao norte do Equador, a aproximadamente 34 quilômetros da cidade de Ibarra, às margens esquerda e direita do rio Chota-Mira. Este território ancestral é constituído por 38 comunidades, localizadas em treze paróquias, cinco cantões e duas províncias, quais sejam, Carchi e Imbabura.² Sua população é de aproximadamente 25 mil habitantes. Tem como vias de acesso a rodovia pan-americana norte e diferentes caminhos secundários, alguns de difícil trânsito, conforme entendimento da equipe de pesquisa. De um modo geral, verifica-se, ao longo do território, toda uma paisagem agrícola, fruto das atividades das famílias afrodescendentes.

2. O Equador divide-se geograficamente em quatro regiões: serrana, costeira, amazônica e insulana. A divisão política e administrativa do país contempla 24 províncias, que, por sua vez, estão subdivididas em 219 cantões. Os cantões estão divididos em paróquias, que podem ser paróquias urbanas ou paróquias rurais.

A equipe de pesquisa trabalhou com sete comunidades distribuídas pelo território, que, de algum modo, refletem a diversidade expressa nesse território ancestral:

- Tapiapamba e La Victoria (província de Imbabura, cantão Urcuquí);
- Cuajara e Salinas (província de Imbabura, cantão Ibarra); e
- Mascarilla, La Concepción e San Juan de Lachas (província de Carchi, cantão Mira).

FOTOGRAFIA 2

Fotografia panorâmica de Valle del Chota – Equador



Foto: Edson Guiducci.

Obs.: imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

No Panamá, a localidade de atuação foi o corregimento de Garachiné, localizado no município de Chepigana, na província de Darién, extremo leste do país, na divisa com a Colômbia. Seu acesso principal se dá pelo mar ou por via aérea, haja vista não haver rodovias de ligação, apenas estradas de terra quase intransitáveis.

Nesse território vivem três grupos étnico-raciais: *i*) os afrodescendentes ou afro-darienses, situados no centro do povoado de Garachiné; *ii*) os indígenas da tribo Emberá, que estão nos arredores do povoado; e *iii*) os interioranos ou latinos, que se encontram principalmente nos setores de Calle Larga e Jesucito, onde estão localizadas as grandes extensões de produção de gado.

O território é coberto de recursos marinhos, agricultura, pecuária, bosque do tipo úmido-tropical e áreas de mangues. As principais fontes econômicas da

localidade são a pesca, explorada majoritariamente pelos afro-darienses e alguns indígenas, e o gado, cuja exploração cabe aos interioranos.

FOTOGRAFIA 3

Acesso marítimo ao corregimento de Garachiné – Panamá



Foto: Edson Guiducci.

Obs.: imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

FOTOGRAFIA 4

Fotografia panorâmica do corregimento de Garachiné – Panamá



Foto: Edson Guiducci.

Obs.: imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

As pesquisas foram norteadas pelos eixos da soberania alimentar e da ampliação de acesso a direitos, tendo a questão de gênero como recorte transversal. Detalhando estes eixos, orientou-se o trabalho de campo em três componentes de investigação: *i)* historiografia; *ii)* identidade e territorialidade; e *iii)* soberania alimentar.

Entende-se soberania alimentar como o direito de todos os povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito a gerir seu próprio sistema alimentar e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no centro dos sistemas e das políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas.

No campo dos direitos, tem-se como foco principalmente a territorialidade, dimensão transversal, imprescindível para o exercício da soberania alimentar e dos demais aspectos socioeconômicos e culturais das comunidades. Os povos afro-rurais devem ter assegurados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam, seja para moradia, seja para subsistência, ou para outras atividades atreladas a seu patrimônio.³

O problema das relações entre mulheres e homens em suas modalidades sociológicas, econômicas e psicológicas, é fruto de uma estrutura tributária de uma relação histórica de dominação, e não de uma realidade tida como “natural”. Perceber que se trata de uma construção cultural é importante para a percepção de que é, portanto, passível de superação.⁴

Ultrapassando os limites desta pesquisa, o Projeto Quilombos das Américas exigiu um trabalho interno tanto de articulação política – necessária à gestão compartilhada entre várias instituições – quanto de articulação regional, com vistas a fomentar a interlocução entre os governos e os movimentos sociais dos países envolvidos.

Este livro aborda de forma sucinta os resultados da primeira edição do Projeto Quilombos das Américas: Articulação de Comunidades Afro-rurais. Inicialmente, elabora-se uma síntese dos marcos legais internacionais de direitos humanos e de combate ao racismo e promoção da igualdade racial. O panorama geral sobre os casos estudados é complementado por comentários sobre marcos legais dos contextos nacionais. Em seguida, aborda-se questões sobre cada território pesquisado, tendo como norte os eixos de historiografia, de identidade e territorialidade e de soberania alimentar. Por fim, para melhor caracterização da realidade de cada país, são apresentados dados sobre a população negra e afrorrural em cada contexto nacional (anexo A).

3. Ver a Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1989, Artigo 14), marco legal no quesito da territorialidade e da soberania alimentar.

4. Ver Collin (2009).

ESTRATÉGIAS DE PESQUISA DO PROJETO QUILOMBOS DAS AMÉRICAS

O Projeto Quilombos das Américas trabalhou com duas estratégias de pesquisa, detalhadas a seguir.

- 1) O levantamento de dados secundários buscou delinear um panorama geral da situação de comunidades afrrurais nos países partícipes. Trata-se de uma aproximação preliminar, com vistas a situar a pesquisa *in loco*, principal foco das equipes de investigação. Os elementos norteadores dessa etapa foram:
 - a) descrição dos marcos legais com base nas legislações nacionais e supranacionais que contemplam diretamente e indiretamente territórios e comunidades afrrurais;
 - b) identificação de políticas públicas, programas, projetos, ações, atividades governamentais e não governamentais voltadas às comunidades afrrurais;
 - c) análise de documentos técnicos que contenham dados relevantes sobre comunidades afrrurais; e
 - d) mapeamento e análise de trabalhos acadêmicos e outras investigações que abordem as comunidades e/ou territórios afrrurais envolvidos no projeto.
- 2) Os dados secundários foram aliados aos dados de campo, resultantes da segunda etapa da pesquisa, que consistiu nas missões a cada um dos territórios supracitados. Nesta segunda etapa, a principal fonte de consulta consistiu na memória oral das comunidades afrrurais. Equipes multidisciplinares compostas por consultores e consultoras do projeto (pesquisadores e pesquisadoras em ciências sociais e ciências da terra) e pesquisadores e pesquisadoras vinculados à Embrapa, ao Ipea e ao Incra, estiveram em campo pelo período médio de quinze dias em cada um destes territórios. Compuseram as equipes também participantes das próprias comunidades que orientaram os demais pesquisadores na condução do processo. O trabalho no Equador e no Panamá contou ainda com pesquisadores e pesquisadoras das comunidades que realizaram um

intercâmbio entre si: um representante afrorrural de Valle del Chota acompanhou a missão no Panamá; e uma representante de Garachiné acompanhou a missão no Equador.

Ademais, essa etapa contou com o apoio imprescindível das instituições parceiras nos países. No caso do Brasil, a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) dispôs seu escritório em Ubaitaba-BA para a equipe de pesquisa, mediou contatos com o quilombo de Empata Viagem, ajudou a mobilizar a comunidade para o trabalho e acompanhou parte dele. No caso do Equador, a Corporación de Desarrollo Afroecuatoriano (Codae) e a Federación de Comunidades y Organizaciones Negras de Imbabura y Carchi (FECONIC) deram todo o apoio logístico e político para a realização do trabalho. Por fim, no Panamá, o projeto contou com o suporte cuidadoso da Alcaldía (Prefeitura) de Garachiné e da Secretaría Ejecutiva para La Etnia Negra.

A pesquisa buscou os fundamentos metodológicos da etnografia, com base em observação participante, em entrevistas semiestruturadas, em dinâmicas de grupo, em visitas técnicas pelo território, entre outras atividades, tomando notas e fazendo registros fotográficos.

MARCOS LEGAIS INTERNACIONAIS

O reconhecimento dos direitos humanos na esfera internacional foi estabelecido pela elaboração de documentos gerais, como a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966) e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966). Este reconhecimento aprofunda-se com a adoção de inúmeros outros tratados, entre os quais: a Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, a Convenção sobre os Direitos das Crianças e a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes. Estes tratados visaram à proteção dos direitos de pessoas pertencentes a grupos específicos que vivenciam trajetórias históricas de discriminações.

Em 1963, reconhecendo a discriminação baseada na raça, cor ou origem étnica como causa de graves problemas internos em diversos países, além de perturbadora das boas relações internacionais, a Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (AGNU) aprovou a Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Em 1965, instituiu-se a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (CERD), cuja vigência inicia-se em janeiro de 1969. Ratificada por 157 países, estes são instados a condenar o racismo e a adotar medidas para que este seja eliminado em todas as suas formas.¹

Em 2001, realizou-se em Durban, na África do Sul, a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Esta representou um grande avanço ao afirmar como responsabilidade primordial do Estado o combate ao racismo e ao delinear um plano de ação para dar concretude aos objetivos a que se propôs, apontando iniciativas práticas a serem empreendidas em âmbito nacional e internacional. Assim, atualmente, os principais marcos internacionais, no tocante à questão racial, são a CERD e a declaração e o pacto de ação da conferência de Durban.

No tocante à territorialidade, a referência consiste na Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989 (OIT, 1989). No quesito soberania alimentar, são balizadoras as declarações

1. No entanto, somente em 2003 o Brasil reconheceu a jurisdição do Comitê pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial para receber petições individuais, o qual supervisiona a implementação da convenção nos países signatários. A partir de então, a Organização das Nações Unidas (ONU) vem propondo a seus Estados-membros que intensifiquem ações e esforços para a erradicação da discriminação racial em todas as suas formas contemporâneas.

de Yaoundé (1996) e de Nyéléni, fruto do Fórum Mundial pela Soberania Alimentar, em 2007.

QUADRO 1

Principais marcos do regime internacional de combate à discriminação racial no âmbito das Nações Unidas

Descrição

- 1958 – Convenção nº 111 sobre a Discriminação em Matéria de Emprego e Profissão da OIT.¹ Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 62.150, de 19/1/1968.
- 1960 – Convenção Relativa à Luta Contra a Discriminação no Campo do Ensino da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).² Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 63.223, de 6/9/1968.
- 1963 – Declaração das Nações Unidas sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Resolução nº 1.904 da AGNU, de 1963.
- 1965 – Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Resolução nº 2.106 da AGNU de 1965.³ Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 65.810, de 8/12/1969.
- 1966 – Vinte e um de março foi proclamado como o dia internacional para a eliminação da discriminação racial. Resolução nº 2.506 da AGNU, de 1966.
- 1971 – Ano internacional para ações de combate ao racismo e à discriminação racial. Resolução nº 2.544 da AGNU, de 1969.
- 1973 – Primeira década de combate ao racismo e à discriminação racial (1973-1982). Resolução nº 3.057 da AGNU, de 1973.
- 1978 – I Conferência Mundial Contra o Racismo em Genebra, Suíça.
- 1983 – Segunda década para a ação de combate ao racismo e à discriminação (1983-1992). Resolução nº 38/14 da AGNU, de 1983.
- 1983 – II Conferência Mundial Contra o Racismo em Genebra, Suíça.
- 1989 – Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da OIT em Genebra.⁴
- 1993 – Terceira década para a ação de combate ao racismo e à discriminação (1993-2003). Resolução nº 48/91 da AGNU, de 1993.
- 2001 – III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata em Durban, África do Sul.
- 2011 – Ano internacional dos afrodescendentes. Resolução nº 64/169 da AGNU.
-

Fonte: Goes e Silva (2011).

Nota: ¹ Entra em vigor em 15/6/1960; conta com a adesão de 169 Estados-parte em agosto de 2011.

² Entra em vigor em 22/5/1962; conta com a adesão de 97 Estados-parte em agosto de 2011.

³ Entra em vigor em 04/1/1969; conta com a adesão de 174 Estados-parte em agosto de 2011.

CAPÍTULO 3

MARCOS LEGAIS NACIONAIS

1 BRASIL

Os avanços legais principiam na Constituição Federal de 1988 (CF/1998). Os Artigos 215 e 216 e o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) tratam da valorização e da salvaguarda das manifestações culturais das comunidades quilombolas e dispõem sobre a obrigatoriedade de o Estado brasileiro emitir os títulos das terras por elas ocupadas (Brasil, 1998).

Com base na CF/1998, em 2003, instituiu-se o Decreto nº 4.887, que trata da *regularização e titulação de territórios quilombolas*. Este é um importante marco para garantir o direito às terras das comunidades quilombolas. Em 2007, foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais, por meio do Decreto nº 6.040. Também em 2007, foi instituída a Agenda Social Quilombola, por meio do Decreto nº 6.261. A agenda garantiu maior abrangência para o Programa Brasil Quilombola, lançado em março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Mais recentemente, em 2010, foi promulgado o Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que referencia as comunidades quilombolas em seu Artigo 8º, determinando incentivos específicos para a garantia do direito à saúde destas populações e estimulando o acesso à terra.

Artigo 31. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Artigo 32. O Poder Executivo federal elaborará e desenvolverá políticas públicas especiais voltadas para o desenvolvimento sustentável dos remanescentes das comunidades dos quilombos, respeitando as tradições de proteção ambiental das comunidades.

Artigo 33. Para fins de política agrícola, os remanescentes das comunidades dos quilombos receberão dos órgãos competentes tratamento especial diferenciado, assistência técnica e linhas especiais de financiamento público, destinados à realização de suas atividades produtivas e de infraestrutura.

Artigo 34. Os remanescentes das comunidades dos quilombos se beneficiarão de todas as iniciativas previstas nesta e em outras leis para a promoção da igualdade étnica (Brasil, 2010, Artigos 31-34).

2 EQUADOR

A Constituição Política da República do Equador de 1998 reconheceu os afro-equatorianos como povo constitutivo do Estado do Equador. Em 2006, promulgou-se a Lei de Direitos Coletivos dos Povos Negros ou Afro-equatorianos.

Já na Constituição Política de 2008, que revogou a anterior, há o reconhecimento do Equador como Estado constitucional de direitos e justiça, social, democrático, soberano, independente, unitário, intercultural, plurinacional e laico. Estão assegurados 21 direitos coletivos ao povo afro-equatoriano, considerado parte constitutiva do Estado. Ademais, garante-se o direito às circunscrições territoriais (Artigos 60 e 257), regimes especiais de governo estabelecidos por livre determinação, no marco de territórios ancestrais. Esta mesma Carta, em seu Artigo 281, trata da soberania alimentar, que é regida ainda por uma lei orgânica (Ecuador, 2008).

Além disto, está em tramitação o Anteprojeto de Lei Orgânica de Direitos Coletivos dos Povos Negros ou Afro-equatorianos, que normatiza a instituição das ressalta as Circunscripciones Territoriales Afroecuatorianas (CTAs).¹ Por fim, vale destacar o Plano Plurinacional para Eliminar a Discriminação Racial e a Exclusão Étnica e Cultura, vinculado à Secretaria de Povos, Nacionalidades e Participação Cidadã.

3 PANAMÁ

No Panamá, existem antecedentes de políticas públicas dirigidas a grupos étnicos específicos, no caso, os indígenas, para os quais existem normas e leis que dão respostas às suas demandas específicas, como forma de superar a desigualdade, a vulnerabilidade, a pobreza extrema e a exclusão social de que são vítimas. Com relação aos afro-panamenses, no entanto, nota-se que, somente a partir dos anos 2000, o Estado volta sua atenção para as questões deste grupo. Ainda não há legislação garantindo direitos fundiários e outros direitos específicos para a população afro-rural do Panamá. Existem, porém, algumas medidas que representam marcos para esta população. As principais estão relacionadas a seguir.

- 1) Lei nº 9, de 30 de maio de 2000: declara o dia 30 de maio como dia cívico e de comemoração da etnia negra nacional.
- 2) Lei nº 16, de 10 de abril de 2002: estabelece o direito de admissão em estabelecimentos públicos e medidas para evitar a discriminação.
- 3) Lei nº 11, de 22 de abril de 2005, proíbe a discriminação laboral e adota outras medidas.

1. Segundo o Código Orgánico de Organización Territorial, Autonomía y Descentralización, as circunscrições territoriais são regimes especiais de governo estabelecidos por livre determinação no marco dos territórios ancestrais. Contemplam populações que compartilham um território, uma história, uma cultura, uma organização social e econômica, bem como política próprias.

- 4) Decreto Executivo nº 124, de 11 de julho de 2005: trata da inclusão da etnia negra panamense.
- 5) Decreto Lei nº 11, de 22 de fevereiro de 2006: trata sobre segurança alimentar.
- 6) Decreto Executivo nº 89, de 8 de maio de 2006: cria a Comissão Organizadora² das atividades culturais orientadas a ressaltar o dia da etnia negra.
- 7) Decreto Executivo nº 42, de 3 de abril de 2008, e Decreto Executivo nº 166, de 17 de agosto de 2008: fortalecimento da institucionalidade e nomeações para a Secretaria Executiva da Etnia Negra, ligada ao Ministério da Presidência.
- 8) Lei da Reforma Agrária de 2006.
- 9) Lei de Segurança Alimentar e Nutricional de 2006.

2. A comissão é composta por oito representantes: um representante da Direção-Geral de Educação e seis representantes da Direção Nacional de Educação inicial, básica geral, média, acadêmica profissional e técnica, jovens e adultos e educação particular, além de um representante da Direção Nacional de Coordenação de terceiro nível de ensino superior.

HISTORIOGRAFIA: DADOS DOCUMENTAIS E RELATOS

1 INTRODUÇÃO

Em termos metodológicos, a pesquisa contemplou duas dimensões de processamento de informações: uma base de dados documental – informações historiográficas, antropológicas e jurídicas – e a dimensão da oralidade. Tais registros operam com diferentes lógicas narrativas e apresentam diferentes formas de estabelecer conexões temporais e causais.¹ Os saberes científicos em geral têm dificuldades em reconhecer esta diversidade. Possuem também especial dificuldade em incorporar a história sob o ponto de vista de categorias sociais excluídas da construção hegemônica do conhecimento, o que está conectado ao colonialismo interno.²

A combinação da consulta a fontes documentais, historiográficas e de outros tipos, com as narrativas relatadas por membros das comunidades afro-rurais, revelou-se um caminho metodológico interessante. Nos três territórios pesquisados, utilizou-se a construção de uma linha do tempo como recurso metodológico para acessar a memória coletiva do grupo. Assim, os relatos colhidos por meio do diálogo com os mais velhos trouxeram fatos históricos, que foram escalonados no tempo e no espaço, com vistas a tecer a memória do grupo em questão. Como dinâmica de aproximação inicial entre a equipe de pesquisa e as comunidades, estes momentos foram centrais para se efetivar o processo de construção participativa da pesquisa em questão, buscando fortalecer o protagonismo dos atores sociais envolvidos no Projeto Quilombos das Américas.

Nos três casos de estudos, a historiografia se principia fazendo referência à fundação das comunidades, que está contextualizada na escravização de povos africanos nos países do novo mundo. Este processo tem uma intrínseca marca de gênero. Como coloca Sueli Carneiro (2001),

1. As formas de registrar a experiência comunitária no curso do tempo podem expandir os limites da narrativa textual, expressando-se por meio de outros suportes, como danças, rituais, canções, músicas e celebrações. No tocante aos relatos orais, é importante atentar para a dimensão temporal. Conforme argumenta Mello (2008), o tempo cronológico não é o único modo de fixar a memória. Assim, os relatos geralmente não se atêm a marcos temporais rígidos, porém articulam o tempo em uma vivência histórica.

2. Os Estados-nação latino-americanos e caribenhos constituíram-se a partir de uma perspectiva eurocêntrica, como expressão da homogeneização da população em termos de experiências históricas comuns (Quijano, 2005, p. 265). A imposição da ideia de raça como instrumento de dominação configurou a colonialidade do poder. No curso da história, as trajetórias latino-americanas constituíram processos de emancipação ou independência que não compreenderam a descolonização da sociedade. E assim houve uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais. É isto que Quijano chama de "colonialismo interno": o paradoxo de Estados independentes com sociedades coloniais.

no Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana (...). Essa violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades.

2 BRASIL

Na história brasileira, o racismo sempre esteve aliado ao modelo econômico que sustentou o sistema vigente no país por mais de três séculos. Em seu processo inaugural, estabeleceu o genocídio e o etnocídio de muitos povos indígenas, bem como a escravização de negras e negros, como algo natural e necessário à construção da nação.

Em 1888, aboliu-se formalmente a escravidão no Brasil, porém a população negra seguiu em posição de desvantagem nos diversos domínios da sociedade. A transição do trabalho escravo para o trabalho livre consolidou um hiato marcante nas formas de organização social do Brasil. A estruturação do mundo do trabalho não incluía negros e indígenas como parte da estrutura social brasileira. O Estado brasileiro, nesse contexto, assumiu um posicionamento efetivo no que diz respeito à não integração do elemento negro na composição social, cultural e política no âmbito da sociedade. Por conseguinte, a condição de cidadania nas aspirações dos direitos econômicos, sociais, culturais e políticos ficou restrita à formalidade procedimental de uma igualdade formal entre as pessoas, mas não material, e tampouco substantiva.

Em Empata Viagem (Brasil), a origem está referenciada na “rancharia de tropeiros de Alcebiades”, contexto histórico de 1880.³ A partir deste núcleo, irradiou-se a ocupação territorial deste quilombo. Nesta época, realizavam-se festividades tradicionais da cultura africana, como o candomblé, mesclado às festividades religiosas do catolicismo.⁴ No território de Empata Viagem, cultivavam-se mandioca e feijão, e criavam-se animais. O sustento da região sempre foi a agricultura. Havia relações com os quilombos vizinhos a partir do comércio, da realização de batizados e funerais. Percebe-se, assim, o desenho de um grande território negro rural na região de Maraú, envolvendo Empata Viagem, Quitungo, Tremembé, São Raimundo, entre outras comunidades, além da sede do município, Maraú – considerado um quilombo urbano.

3. O nome “Empata Viagem” advém da costume de paradas para descanso no entroncamento situado na rota comercial que ligava Ibiacu ao porto de Quitungo, no qual os tropeiros acabavam estendendo-se por mais tempo que o planejado. Assim a região do quilombo ganhou esta denominação porque “empatava a viagem” dos viajantes.

4. Na atualidade, a maioria da população é evangélica, o que vem gradativamente omitindo manifestações culturais que possibilitavam a atualização de valores ancestrais civilizatórios de uma comunidade afrodescendente.

FOTOGRAFIA 1

Vista da sede do município de Marau – Brasil



Foto: Cristiana de Oliveira.

Obs.: imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

FOTOGRAFIA 2

Culto evangélico proferido na reunião de apresentação do Projeto Quilombos das Américas em Empata Viagem – Brasil



Foto: Paula Balduino de Melo.

Obs.: imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

FOTOGRAFIA 3

Cacau produzido no território de Empata Viagem – Brasil



Foto: Carlos Alberto Santos de Paulo.

Obs.: imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

A partir dos anos 1970, iniciou-se um processo de compra e venda de terras dentro do território tradicional, em condições desiguais. As transações imobiliárias na região, portanto, não fogem à regra dos injustos processos de expropriação ao território tradicional quilombola. Este mesmo marco temporal indica o ingresso de outros sistemas produtivos à zona, como o cacau, cultura predominante em toda a região.

Os processos de organização social têm um importante referencial nos anos 1990. Em 1996, um grupo de produtores da região fundou a Associação de Pequenos Agricultores. Em 2002, criou-se a Associação de Moradores e Amigos de Empata Viagem e Região Circunvizinha, que passa a ser a Associação de Quilombos da Região de Empata Viagem (AQREV) a partir de 2004.

Em 2005, houve a certificação pela Fundação Cultural Palmares como comunidade remanescente de quilombos, bem como uma aproximação do Incra para explicar os procedimentos da regularização fundiária do território. É importante perceber que a mobilização da comunidade em torno da identificação como comunidade quilombola parte de relações com o Estado, especialmente no tocante a questões produtivas.

3 EQUADOR

A população afro-equatoriana está presente em todo o território nacional, sendo que, nas províncias de Esmeraldas, Carchi e Imbabura, localizadas ao norte do Equador, há territórios negros ancestrais localizados nas zonas rurais, nos quais as famílias desenvolvem suas atividades sociais, produtivas, culturais e políticas. A história dos povos afrodescendentes é marcada pela luta por respeito aos direitos e pela reafirmação de sua cultura. Por seu turno, ao longo da história do país, a participação e a existência do povo afro-equatoriano têm sido invisibilizadas. Não se reconhece, assim, o papel de negros ou negras na construção do Estado equatoriano.

A chegada de afrodescendentes ao Equador, trazidos como escravos pelos colonizadores espanhóis, ocorreu no século XVI. Na região de Valle del Chota, La Concepción e Salinas, foram levados inicialmente negros e negras escravizados, que vieram de Cartagena das Índias e Popayán (Colômbia), pela ordem de curas jesuítas, devido à demanda de mão de obra para a produção de cana-de-açúcar.⁵

Sob a dominação dos jesuítas, a organização de afrodescendentes escravizados deu-se em torno de famílias negras, às quais se concederam certas posses de terra com vistas à produção de alimentos para subsistência. Durante a permanência dos jesuítas, desenvolveu-se a estrutura familiar negra em porções territoriais destinadas à produção de alimentos para subsistência, concedidas aos afrodescendentes escravizados. Assim que os jesuítas foram expulsos do país, em 1767, a coroa espanhola assumiu o controle das fazendas.

A luta por liberdade se dá fortemente entre 1778 e 1810, mediante a denúncia de maus-tratos por parte dos capatazes e donos de fazendas, e pela exigência de direitos de afrodescendentes, como o acesso à terra e o gozo de dias livres. Em 1821, inicia-se a abolição da escravatura dos filhos e das filhas de negros e negras escravizados, nascidos a partir de 1821 – “Ley de Libertad de Partos o Vientres”. Em 1830, constituiu-se a República do Equador. Em 1852, ocorreu a abolição total da escravidão, determinada em lei, durante a gestão do então presidente General José Maria Urbina.

Uma vez abolida a escravidão, em 1866, foi iniciada a *concertaje*, que consistiu na contratação de ex-escravos e ex-escravas por um salário mínimo. As condições de trabalho desiguais levavam os afrodescendentes a adquirirem compulsoriamente dívidas impagáveis em troca da obtenção de alimentos, vestimentas, ferramentas ou terras. Logo em seguida, ainda em 1866 e prolongando-se até 1970,

5. Dentro do território, há construções antigas de cárceres e pedras talhadas, vestígios da história dos assentamentos afrodescendentes em Cuajará, local em que está situada uma das primeiras fazendas em que se escravizavam negros e negras. Em Mascarilla, há também ruínas de um trapiche de uma antiga fazenda de cana-de-açúcar, enquanto, em Salinas, há ruínas de uma mina de sal. Atualmente, Salinas é uma referência no resgate da história, pois conta com um museu etnográfico em que se narra a história do povo afrodescendente.

implementou-se o sistema de *huasipungo*: concessão de um pedaço de terra (inferior a 1 ha) para o cultivo de produtos para autoconsumo em troca de trabalho durante seis dias da semana nas fazendas da redondeza.

Então, o trato injusto e a falta de legalização de terras foram mantidos, já que as fazendas eram vendidas com os *huasipungos* em seu interior. Nesta época, os principais cultivos voltados para a subsistência no Chota eram feijão, mandioca, batata-doce e milho duro. Com a chegada dos engenhos, nos anos 1960, os sistemas produtivos se foram restringindo à produção da cana-de-açúcar.

Em 1964, deu-se a primeira reforma agrária, com o objetivo de melhorar as condições de acesso à terra para pequenos agricultores. Assim, houve a legalização dos *huasipungos* para as famílias envolvidas neste sistema. No Chota, porém, foram legalizadas áreas inferiores a 4 ha, muitas vezes em zonas de solos pouco férteis.

Em 1973, ocorreu uma segunda reforma agrária, com nova distribuição de terras aos afro-chotenses, obedecendo à lógica da posse coletiva, o que foi denominado reassentamento. Houve, então, uma fragmentação da malha fundiária. Apesar do estatuto coletivo das propriedades entregues pelo Estado, operavam-se individualização e venda de parcelas, pois não havia proibição da comercialização de terras provenientes da reforma agrária. Ocorreu, assim, a aquisição de terras, porém não existiu uma consolidação de territórios que se perpetuassem de geração em geração.⁶

Em torno da luta pela terra, iniciou-se um processo de organização sociopolítica. Em 1964, formaram-se os primeiros sindicatos de luta por terras, no mesmo ano de criação do Instituto Equatoriano de Reforma Agrária e Colonização (IERAC). Em 1966, surgiram cooperativas e associações agrícolas. Entre 1968 e 1970, surgem diversas organizações, entre as quais: Central Ecuatoriana de Organizaciones Clasistas (CEDOC); Federación Nacional de Organizaciones Campesinas (FENOC); Federación Nacional de Organizaciones Campesinas Indígenas (Fenoci); e Federación Nacional de Organizaciones Campesinas Indígenas y Negras (Fenocin). Ainda em 1970, trabalhos voltados ao fortalecimento de grupos de mulheres começam a surgir, por meio do Projeto da Pastoral Afro. A FECONIC, entidade parceira do presente do projeto, nasce em 1997, mesmo ano de criação da Codae. Em 1999 surge a Coordenadora Nacional de Mujeres Negras (Conamune), com a articulação de oito províncias (Carchi, Esmeraldas, Imbabura, Guayas, Los Ríos, El Oro, Sucumbios e Orellana), que vem desenvolvendo trabalhos com as mulheres afro-riurais e realizando encontros em nível regional e nacional.

6. No Brasil, conforme determina o Decreto nº 4.887, de 2003, a propriedade dos territórios afro-riurais quilombolas é coletiva, inalienável, imprescritível e impenhorável. Tais cláusulas garantem a conformação de um território que se perpetua ao longo de gerações, permitindo a preservação e a recriação da sociabilidade do grupo no curso da história.

FOTOGRAFIA 4

Ruínas de uma antiga prisão para afrodescendentes na comunidade de Cuajará – Equador



Foto: Priscila Prado.

Obs.: imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

FOTOGRAFIA 5

Placa na fachada da sede da FECONIC, na comunidade de Mascarilla em Carchi – Equador



Foto: Nuno Rodrigo Madeira.

Obs.: imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

FOTOGRAFIA 6

Produção de adubo orgânico a partir dos resíduos de outras culturas agrícolas – Equador



Foto: Carlos Alberto Santos de Paulo.

Obs.: imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

4 PANAMÁ

A narrativa histórica de afro-darienses inicia-se nos idos de 1500, quando chegaram à região indígena Cuevas, do Peru. Esta referência temporal é também a da colonização espanhola, materializada na existência de cidades coloniais e fortes militares.⁷ A escravidão foi abolida no país em 1851. O primeiro reconhecimento político de Darién ocorreu em 1513, quando o cronista Fernando de Oviedo converteu o atual corregimento de Garachiné em centro da província de Darién.⁸ Vale destacar que, neste momento, o Panamá fazia parte da circunscrição da Colômbia.

7. A primeira cidade colonial foi Real de Santa Maria. Há relatos de vestígios de fortes militares espanhóis: Turia, Playa Muerta e Jaque.

8. Darién é reconhecida como Alcaldia maior mediante lei de 23 de julho de 1824. Em 1847, sob a administração do General Tomaz Cipriano de Mosquera, é criado o território de Darién. Por meio de decreto-lei, em 1944, Darién é estabelecida como província (à época estava sob a presidência de Ricardo de La Guardia).

Ainda nessa macrotemporalidade, ressalta-se uma marca distintiva da população de ascendência africana na região. Em 1514, negros e negras escravizados trazem a Darién o *bullerengue*, expressão musical que segue sendo característica da população afro dessa região. Outra expressão muito associada aos afro-darienses é o *bunde*, proveniente de Chocó (Colômbia), que chegou à região mais tarde, em 1840, com Mama Valentina, tataravó de dona Izabel, mulher anciã que tem contribuído muito com a presente pesquisa. Nesta época o *bunde* era feito com tambores de *bayle* e *cuerpo* (*sayno venado*).⁹

Até 1840, as atividades produtivas principais consistiam na caça, na coleta e na cultura da cana-de-açúcar. A partir de 1900, as culturas do arroz, milho e banana passam a ser centrais na região. Em 1948, começa a exploração de petróleo. A partir de 1960, a produção agrícola se expande e começa a haver destinação das culturas para venda. Já o incremento da pesca ocorreu nos anos 1980, mais precisamente em 1986, quando se implementou na região as câmaras frias para armazenamento do pescado.

FOTOGRAFIA 7

Manejo do arroz no corregimento de Garachiné – Panamá



Foto: Edson Guiducci.

9. Referência ao instrumento musical tambor, recoberto com couro de animal (no caso a corsa ou o veado) construído para ocasião de festas.

FOTOGRAFIA 8
Dança típica de Garachiné, Darién – Panamá



Foto: Josenilton Marques.

Obs.: imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

FOTOGRAFIA 9

Modo tradicional da pesca em Garachiné, Darién – Panamá



Foto: Priscila Prado.

Obs.: imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

Em 1903, ocorreu a separação da Colômbia e a Proclamação da República do Panamá. Em 1911, foi fundada a comunidade de Garachiné, habitada inicialmente por negros e indígenas. Entre 1923 e 1941, houve um processo de doação de terras na região, sob um regime que proibia a venda destas. Nesta época, as mulheres passam a votar, e os *chocoes* chegam à Garachiné.¹⁰ Em 1960, os interioranos chegam ao território, procedentes das províncias de Veragua, Los Santos e Chiriquí. Garachiné contava, então, com 1.590 habitantes, entre estes, 239 indígenas. Os territórios coletivos indígenas, denominados *comarcas*, foram criados em 1982.

No século XXI, destacam-se alguns marcos importantes. Em 5 de maio de 2000, foi declarado o dia nacional do negro. Em 2006, ocorreu a reforma agrária, com a qual se concedeu alguns títulos a afro-darienses. Neste ano, a exploração do petróleo para a exportação passa a ser tema de discussão em Darién. Neste momento, a população de Garachiné chega a 1.944 habitantes, sendo 1.064 homens e 880 mulheres.

Atualmente, por meio da atuação de grupos locais organizados, Garachiné se mobiliza em torno de questões que requerem urgência, como a construção da rodovia e de um muro de contenção e a questão do processo de exploração do petróleo.

10. São grupos indígenas caracterizados por habitarem em casas separadas e distanciadas umas das outras, localizadas ao longo de rios, diferentemente do modo de organização em aldeias. No Panamá, dedicam-se ao cultivo da banana (*plátano*).

IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE

1 INTRODUÇÃO

Partindo de um conceito de Juan Garcia Salazar (2008, p. 2-3), líder do movimento afro-equatoriano, entende-se território como

uma área geográfica determinada em um grande pedaço da montanha mãe, um espaço da natureza que se encontra sob a influência cultural e sob o controle social e político de nossas comunidades. Este controle tem que trazer conjuntamente o exercício da autoridade sobre os recursos e sobre os processos sociais e políticos que acontecem dentro desses espaços determinados.

Sobre o território e a partir deste são construídas as referências identitárias de comunidades afrorrurais. Buscam-se entender as caracterizações das ocupações atuais do território, indicando as terras utilizadas para: moradia, atividades econômicas, caminhos e percursos, uso dos recursos naturais, realização dos cultos religiosos e festividades, entre outras manifestações culturais, com ênfase para a dimensão de gênero. Neste quesito, buscam-se compreender também os processos de expropriação do território, que são comuns a todas as comunidades pesquisadas.

As formas de usar e ocupar a terra de tais grupos apresentam especificidades. Nota-se o predomínio de práticas comuns de cultivo, organizadas a partir das conjunturas familiares.¹ Assim, as relações de parentesco são um aspecto central para entender como se percebem estes grupos, ou seja, seus critérios de autoatribuição. A organização social de comunidades afrorrurais está amplamente baseada na noção de família, principalmente de família extensa. Assim, para além do núcleo composto por mãe, pai e filhos, são presentes e valoradas as relações com tios ou tias, sobrinhos ou sobrinhas, e outros parentes, de ambos os cônjuges. Outras relações também tendem a ser envolvidas na lógica familiar, dinâmica que se chama de parentesco generalizado. Mulheres participam ativamente da atualização destes vínculos.

A formação original de quilombos, na ocupação do espaço, foi muito concentrada nas mulheres. Além disso, os laços de solidariedade são protagonizados por elas, o que representa um marco para a formação da identidade e do território. As organizações afrorrurais, em muitas comunidades, têm uma forte presença feminina.

1. Segundo Almeida (1988, p. 44), o sistema de posse comunal articula domínios de usufruto comum com regras de apropriação privada. Nesse sentido, o produto do trabalho sobre a terra tem apropriação individualizada pelos grupos familiares; os bens oferecidos pela natureza, os recursos hídricos, as matas, entre outros, são de usufruto de todos.

Com vistas a apreender tais experiências nos casos trabalhados no âmbito do projeto, foi proposta aos sujeitos da pesquisa a construção coletiva do mapa de seus territórios, o que desencadeou processos específicos em cada um dos estudos em questão. Além desta dinâmica, desenvolveram-se outras estratégias coletivas em torno do tema de identidade e território, com diferentes segmentos de cada grupo. Assim, por exemplo, realizou-se uma ação prospectiva em relação à forma como os jovens concebem a identidade quilombola e seus desdobramentos, tendo por base em uma pergunta central aberta – “o que é ser quilombola?” –, com o intuito de possibilitar a expressão da percepção dos jovens, separando grupos de mulheres e homens quanto ao seu papel no âmbito da comunidade.

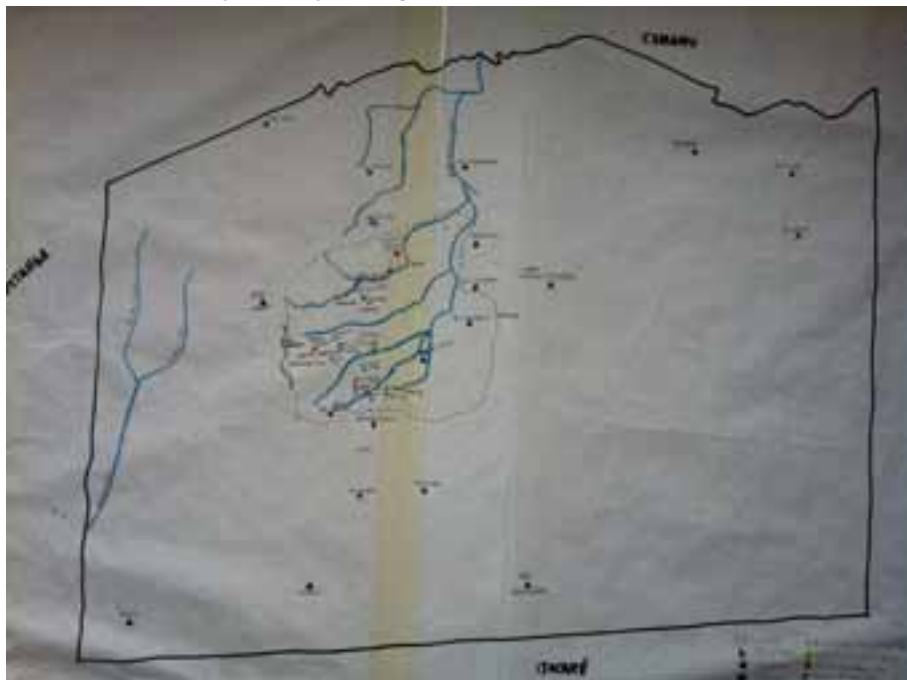
Em todos os casos, notou-se que a dimensão identitária tem o território como eixo transversal. Seguem, então, considerações sintéticas neste quesito, em cada território pesquisado.

2 BRASIL

O território de Empata Viagem é ocupado de maneira dispersa, nucleada em diversos povoados e norteada pelo pertencimento aos troncos familiares que constituem a comunidade, com presença de poucas famílias que se relacionaram entre si. As localidades ganharam seus nomes em função de pessoas marcantes que se estabeleceram em determinada porção do território, configurando-se, assim, a organização espacial desse quilombo.² Nota-se que as figuras-chave que referenciam os troncos familiares, em geral, são masculinas. Por seu turno, a ocupação do território como um todo se constituiu em torno de uma via fluvial, conhecida como ribeirão da Velha Honória. Há indícios de que Honória foi uma mulher negra escravizada que viveu em Empata Viagem nos idos de 1800.

2. Os descendentes do sr. João Marcolino de Souza, um “chegante” que trabalhava na fazenda Batalha ou Cepel, apelidado por João Baixa Funda, ocupam hoje a área chamada de Baixa Funda. A família do sr. Manoel Freire atualmente ocupa a área do Sítio Alegre, enquanto a família do sr. Irênio Monteiro ocupa a sede de Empata Viagem. Domingos Branco, “chegante” que se diferenciava da população local, majoritariamente negra, casou-se com Raimunda, uma mulher negra, e a morada do casal com seus descendentes passou a se chamar Domingó Branco.

FIGURA 1
Desenho do mapa de Empata Viagem – Brasil



Elaboração dos pesquisadores da Pesquisa de Campo de Empata Viagem.

Fonte: Comunidade Quilombola de Empata Viagem; IBGE.

Obs.: imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

A presença feminina é notória em outros processos organizativos – mais contemporâneos. Em Empata Viagem, a mobilização em torno da educação é fortemente centrada nas mulheres. Notou-se que elas assumem sua agência a partir de um lugar de empoderamento principalmente na movimentação em torno da educação. A atuação das mulheres na escola é amplamente reconhecida por membros da associação e por demais indivíduos da comunidade. A gestão comunitária também conta com a presença feminina. Na atual composição da AQREV, por exemplo, há mulheres ocupando cargos de secretária e tesoureira. O posto da Presidência, por seu turno, tem sido ocupado por homens, historicamente. A partir da pesquisa de campo, inferiu-se que a tônica da gestão político-social é masculina.

Em âmbito doméstico, especialmente nas relações sexo-afetivas, busca-se entender a situação destas mulheres. No grupo social de Empata Viagem, o homem exerce certo protagonismo na configuração familiar a ponto de assumir mais de uma esposa. Apesar de se perceber uma espécie de acordo tácito

estabelecido ao longo de gerações, nota-se o desconforto das mulheres com este tipo de arranjo familiar. O casamento entre familiares é costume local, além de ser típico casar-se ainda em idade jovem. A reprodução ocorre cedo: para mulheres com idade entre 65 anos e 73 anos, a média é de vinte gestações para cada mulher. O índice de mortalidade de crianças é bastante alto. Muitas destas mulheres contam que apenas cerca da metade dos filhos estão vivos. Das mulheres que estão com idade aproximada de 40 anos a 64 anos, a maioria teve em torno de dez gestações. As mulheres mais jovens, com idade entre 15 anos e 39 anos, geralmente tiveram três gestações. Pelos relatos, verifica-se que há redução na taxa de fecundidade em Empata Viagem.

FOTOGRAFIA 1

Família de mulheres de Empata Viagem – Brasil



Foto: Paula Balduino de Melo.

Obs.: imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

FOTOGRAFIA 2

Típico café da manhã quilombola com produtos locais – Brasil



Foto: Fernanda Lira Goes.

Obs.: imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

FOTOGRAFIA 3

Elza falando sobre o que é ser uma mulher quilombola de Empata Viagem – Brasil



Foto: Paula Balduino de Melo.

A região de Empata Viagem está rodeada de fazendas como Cepel Agropecuária Limitada, Lealdade, Macadâmia e Marizete. A maioria destas faz parte do território ancestral da comunidade, cujo perímetro corresponde aproximadamente a 10 mil ha. Os troncos familiares preponderantes, tendo em vista as atuais gerações, são encabeçados pelo sr. Manuel Freire e pelo sr. Irênio Monteiro, que tiveram dezesseis e 31 filhos, respectivamente. As porções individualizadas de cada família não são grandes. Geralmente, as famílias dividem a terra conforme descrito a seguir.

- 1) Roça, na qual se produz, majoritariamente, para consumo próprio e escoar-se o excedente. É o espaço mais afastado da casa e aquele no qual há maior produção de cacau, seringa, algumas plantas e frutos.
- 2) Horta, localiza-se entre a casa e o quintal, na qual há plantação de hortaliças, leguminosas, ervas medicinais e temperos, além

de algumas frutas, para consumo próprio, sendo o excedente muitas vezes comercializado na feira em época de colheita.

- 3) Quintal, no qual há plantação apenas para o consumo próprio, sendo preponderante o cultivo de ervas medicinais, cacau e frutas, situada aos fundos da casa.
- 4) Casa, próxima à estrada de passagem, em geral pequena, com um ou dois dormitórios e uma cozinha, com fogão a lenha.³

Um dos principais elementos identitários da comunidade é a alimentação. Ganham destaque alguns sistemas produtivos, como a cultura de mandioca e de feijão (guandu). Os domínios de maior relevância são o conhecimento sobre as ervas medicinais e a forma de preparação de alimentos. E são principalmente as mulheres que detêm os conhecimentos em relação a estes temas.

Nesse ponto, a questão geracional coloca-se como uma fragilidade. Segundo relatos, atualmente, os jovens estão desinteressados pela medicina e pela alimentação tradicionais. O uso das plantas medicinais está diminuindo cada vez mais, apesar de os saberes estarem resguardados na memória das mulheres, especialmente das mais velhas. Isto é atribuído, em geral, à facilidade relativa que o transporte proporcionou na contemporaneidade.

Outras mudanças estão ocorrendo, no tocante à fragilização do patrimônio cultural desta comunidade. No curso das dinâmicas de pesquisa, este tema foi recorrente. Sentiu-se que a comunidade despertou para uma reflexão acerca das dinâmicas associadas ao seu patrimônio cultural, percebendo que determinadas práticas podem ser retomadas.

O processo de expropriação do território apresentou um marco na década de 1970, quando se intensificaram as transações de terras na região. Há histórias e mais histórias de vendas de terras realizadas em condições de desvantagem que, em sua maioria, foram motivo de arrependimento pelos quilombolas, fruto de negócios perceptivelmente enganosos. Assim, o território tradicional foi minguando até ser reduzido em cerca de 40% de seu perímetro inicial.

Atualmente, a escassez de terra preocupa os quilombolas. É recorrente a situação de uma família que tem 10 ha, com quatorze filhos já crescidos, o que compromete a sustentabilidade. Sob o ponto de vista dos moradores de Empata Viagem, conforme se pôde perceber a partir da pesquisa de campo, o tema da sustentabilidade tem relação direta com a possibilidade de regularização do

3. Conforme relatado no item referente à saúde, não é usual as casas conterem banheiros.

território a partir da reivindicação e do seu reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo.

3 EQUADOR

A divisão político-administrativa da República do Equador se sobrepôs às formas tradicionais de ocupação do território de Valle del Chota, La Concepción e Salinas, de modo que o mesmo território está situado em treze paróquias, cinco cantões e duas províncias. Porém, isto não ocasionou rupturas na sociabilidade do grupo. A complexa divisão política na qual está inserido o território de Valle del Chota, La Concepción e Salinas não se desdobrou em uma divisão entre a população afrodescendente. Famílias de Carchi têm parentes em Imbabura, e famílias de Imbabura, muitas vezes, têm suas parcelas produtivas *al otro lado del río*. Nota-se que o rio Chota-Mira, em torno do qual estão concentradas as comunidades afro-chotenses, é um recurso natural importante historicamente. Nele as mulheres encontram-se para lavar a roupa, as crianças brincam e as famílias pescam para se alimentar. Atualmente, a praia do rio na comunidade de Chota é o cenário de uma das festas mais importantes para esta população: o carnaval Coangue.

Várias estradas atravessam o território ancestral, entre elas a pan-americana, que comunica as diferentes comunidades afrodescendentes entre si e com o resto do país, e a estrada Ibarra-San Lorenzo, que une as comunidades afrodescendentes da serra com as da província de Esmeraldas.

A principal atividade produtiva é a agricultura, em especial, as culturas da cana-de-açúcar, feijão, frutas e hortaliças, como o tomate, o pimentão e o *ají*.⁴ A divisão do trabalho conforme o gênero varia em cada comunidade. Na região de Pimampiro (em Imbabura), as atividades agrícolas são realizadas principalmente por homens. Às mulheres cabe o comércio, dos quais provém a renda para investir nas atividades agrícolas. Nas comunidades de Mira também se pratica a agricultura e o comércio, em pequena escala. As famílias de Urcuquí, das comunidades de Tapiapamba e de La Victoria, se dedicam à venda de mão de obra, já que não têm acesso à terra; estão comprimidas por grandes fazendas de cana-de-açúcar, nas quais prestam mão de obra bastante desvalorizada.

4. Espécie de pimentão picante proveniente do Chile.

FIGURA 2

Desenho do território de Valle del Chota, La Concepción e Salinas – Equador



Elaboração dos pesquisadores da pesquisa de campo.

Por meio da figura 2, a equipe de pesquisa buscou representar os problemas de posse da terra nas comunidades visitadas em campo, baseando sua representação nas cores de um semáforo de trânsito. As comunidades da parte alta – a província de Carchi – têm extensões de terras entre 1 ha e 10 ha, especialmente aquelas na região de La Concepción – foram representadas em verde. As comunidades de San Juan de Lachas e Salinas têm menor extensão de terras, até 5 ha, as quais estão diminuindo devido ao crescimento demográfico – estas foram representadas em amarelo. Por fim, as comunidades de La Victoria e Tapiapamba têm severas limitações no tema de acesso à terra – foram representadas em vermelho. As famílias possuem apenas as áreas de moradia. Como os sistemas produtivos estão comprometidos, sua alimentação depende de mercados externos.

Sobre a infraestrutura disponível no território, há escolas de ensino primário em todas as comunidades, porém as crianças que seguem na trajetória escolar devem

deslocar-se a colégios próximos.⁵ No tocante ao tema da saúde, cada paróquia conta com um centro de saúde, onde há atenção médica e medicamentos gratuitos. No entanto, existem problemas de má nutrição infantil. Os problemas de saúde mais mencionados foram os relacionados à pressão alta, gripes e diarreias, o que está associado à baixa qualidade de serviços básicos na região.

A atuação das mulheres tem como centro aglutinador a Coordenadora Nacional de Mujeres Negras (Conamune), criada em 1999, ano em que ocorreu o I Congresso Nacional de Mulheres Negras e em que se estruturou a agenda política deste movimento em torno dos temas de saúde, educação, equidade, violência e participação política. No entanto, desde 1970, existe no território um trabalho com vistas a fortalecer grupos de mulheres, encabeçado pela Pastoral Afro.

Em 1993, houve também um trabalho voltado para a promoção da saúde comunitária, desenvolvido junto a grupos de mulheres. Neste quesito, as principais enfermidades que acometem as mulheres foram diabetes, pressão arterial e doenças sexualmente transmissíveis. A ocorrência de gravidez em adolescentes é frequente.

A Agenda Política de Mulheres Negras foi publicada em 2000 e atualizada em 2003, no II Congresso Nacional de Mulheres Negras. O III Congresso Nacional ocorreu em 2006, em Esmeraldas (província que concentra também a população afrorrural equatoriana), com o tema *Tejiendo Sueños y Ejerciendo Derechos*. Neste mesmo ano, a Conamune passou a compor a Red de Mujeres Afrolatinoamericanas y Afrocaribeñas y de La Diáspora e implementou o Projeto Consolidación y Liderazgo de Mujeres Negras, financiado por uma organização não governamental com sede na Itália. O IV Congresso Nacional de Mulheres Negras ocorreu em 2008, com a temática específica de mulheres afrorrurais, *Cimarronas Hacia la Autoestima de sus Derechos*. Desde então, Conamune também implementou projetos tanto nas áreas culturais e de resgate das tradições orais, com destaque para expressões afro-chotenses, quanto na área de educação (alfabetização à distância de adultos). Em 2011, iniciou-se um trabalho voltado para a visibilização da violência contra as mulheres, com a formação de lideranças femininas, visando traçar um diagnóstico deste tema nas comunidades.

Vê-se, portanto, que as mulheres afrorrurais equatorianas estão mobilizadas em torno de seus temas específicos e na busca pela efetivação de seus direitos. Notou-se, durante a presente pesquisa, que, não obstante esta mobilização, há

5. Está em curso um projeto de etnoeducação que consiste na produção de material didático com vistas ao fortalecimento da identidade afro-equatoriana, levado a cabo pela Federación de Comunidades y Organizaciones Negras de Imbabura y Carchi (FECONIC) e pela Corporación de Desarrollo Afroecuatoriano (Codae). Uma comissão formada por vários docentes da área produziram treze livros com conteúdos para o ensino da história e cultura afrodescendentes nos diferentes níveis de educação básica e secundária.

certo desconforto em abordar diretamente temas relacionados às relações de gênero. De modo geral, reage-se a tal abordagem reforçando temas comuns a homens e mulheres afrodescendentes – como a luta pela terra e pela soberania alimentar – e ressaltando a noção de família.

Entre os elementos identitários, as expressões culturais têm proeminência. A *bomba* é um ritmo tradicional dos povos afrodescendentes, tocada por instrumentos de percussão e sopro (tambores e folhas de laranja ou coco), incorporando-se mais recentemente à guitarra, e acompanhada pela dança de mulheres com movimentos de quadris rítmicos e mágicos, equilibrando na cabeça uma garrafa cheia de *trago de caña de azúcar* ou água. Outra expressão é a banda *mocha*, que consiste na música *bomba* com canto vocal.

FOTOGRAFIA 4

Grupo juvenil de *bomba* em Salina – Equador



Foto: Nuno Rodrigo Madeira.

Obs.: imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

FOTOGRAFIA 5

Banda tradicional tocando *mocha* com instrumentos nativos como calabazas – Equador



Foto: Josenilton Marques.

Obs.: imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

FOTOGRAFIA 6

Banner institucional sobre a participação feminina na construção do Plano de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial – Equador



Foto: acervo da coordenação do projeto.

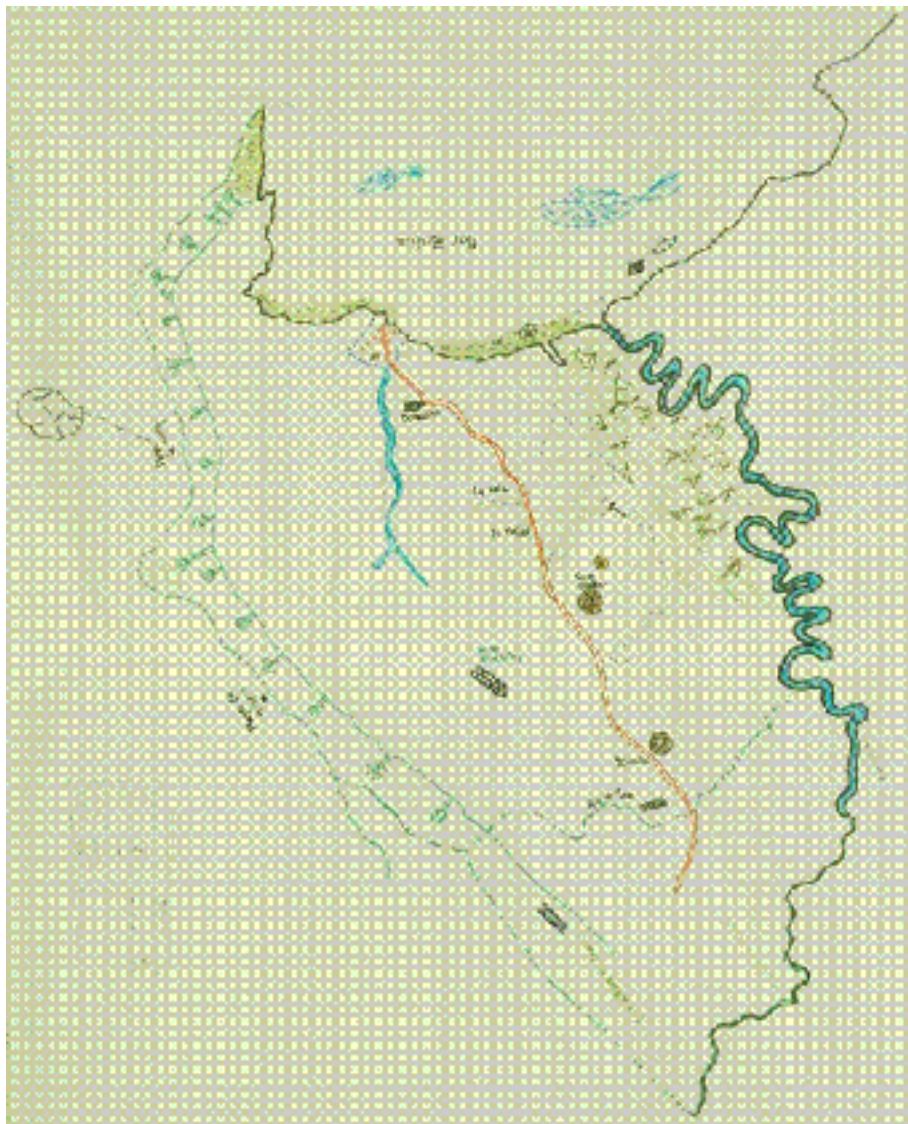
Obs.: imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

Pratica-se a *bomba* nas festas tradicionais como o carnaval de Coangue (em fevereiro) e o *día del afroecuatoriano*, que se celebra no primeiro domingo de outubro, com eventos políticos e culturais, dos quais a equipe responsável por esta pesquisa teve a oportunidade de participar em 2011. Ocorreu também a Feira Gastronômica, revelando outra forte dimensão identitária desse povo: a culinária tradicional, baseada em grande medida no feijão, no milho, no arroz, na banana e na cana-de-açúcar, que explicita a interface entre soberania alimentar e patrimônio cultural.

4 PANAMÁ

O território do corregimento de Garachiné é predominantemente composto por bosques úmidos tropicais e mangues. Há vários usos produtivos em torno de recursos marinhos, agricultura e pecuária. As famílias afro-darienses dedicam-se à agricultura, pecuária e pesca, investindo na produção para consumo próprio e para comercialização. Os indígenas da tribo Emberá estão envolvidos principalmente com a agricultura e o artesanato, enquanto os interioranos chegaram ao território em busca de terras agricultáveis e, assim, estão voltados em geral para as culturas agrícolas. Os três grupos étnico-raciais mantêm suas tradições culturais. Apesar de coabitarem o mesmo território, são notórias as diferenças entre os modos de vida destes grupos, seja na vestimenta, em expressões musicais, no idioma, na culinária, entre outros aspectos.

FIGURA 3
Desenho do território de Garachiné, Darién – Panamá



Elaboração dos autores.

Obs.: imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

No povoado de Garachiné, as famílias são em sua maioria católicas. A igreja atua em projetos sociais no território. As festividades em que se praticam as principais expressões culturais são estruturadas em torno de datas consagradas aos santos

e às santas, na semana santa e no Natal. No centro do povoado, está situada a casa *del bunde*, infraestrutura na qual é realizada a festa do *bunde*, no fim de ano, por ocasião do Natal.

No tocante à infraestrutura presente no território, no que se refere à educação, Garachiné conta com uma escola de educação primária e outra de educação secundária, além de alguns cursos universitários na modalidade de educação a distância. Ainda assim, a maioria dos jovens desloca-se até o corregimento de Sambu para frequentar a universidade. Em relação à saúde, há no povoado um centro médico que oferece serviços básicos de saúde. Há também um aeroporto utilizado para o transporte tanto das famílias ou dos turistas, quanto da carga pesqueira até a Cidade do Panamá.

Em termos institucionais, os domínios da saúde, da educação, do meio ambiente e da agropecuária são geridos por organismos de governo, que desempenham o papel de gestão de fundos e projetos para o corregimento. Uma das figuras importantes é a do corregedor, encarregado de promover a segurança da localidade.

FOTOGRAFIA 7

Igreja de Garachiné – Panamá



Foto: Priscila Prado.

Obs.: imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

FOTOGRAFIA 8
Educação infantil em Chepigana – Panamá



Foto: Josenilton Marques.

Obs.: imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

FOTOGRAFIA 9
Unidade do Ministerio de Desarrollo Agropecuario em Garachiné – Panamá



Foto: Edson Guiducci Filho.

Obs.: imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

SOBERANIA ALIMENTAR

1 INTRODUÇÃO

A soberania alimentar é um conceito complexo que articula manejo da agrobiodiversidade local e formas organizativas de trabalho. Contempla a disponibilidade de alimentos em quantidade e qualidade, os recursos necessários para sua produção, as capacidades, as habilidades e o poder de decisão sobre os sistemas produtivos. Pressupõe o fomento da relação entre patrimônio cultural e agrobiodiversidade, assim como um contexto político favorável à autonomia produtiva de cada país.

A força de trabalho produtiva, conforme conceituado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (Food and Agriculture Organization – FAO), abarca pessoas que trabalham ou buscam emprego formal ou informal e têm um emprego remunerado ou não na agricultura, na pecuária, na pesca, no extrativismo e em outras atividades. Estão incluídas aí pessoas que trabalham por conta própria, bem como em unidades produtivas familiares. Porém, não estão contempladas nesta definição tarefas domésticas, como busca de água e lenha, preparação dos alimentos e cuidado com filhos ou outros membros da família. Na maioria das sociedades, a divisão do trabalho orientada por gênero destina às mulheres estas tarefas, as quais podem demandar grande parcela do seu tempo, que, em geral, é compartilhado com atividades fora do lar.¹

Contrapondo a atuação de mulheres e homens, a FAO, no documento intitulado *El estado mundial de la agricultura y la alimentación – Las mujeres en la agricultura: cerrar la brecha de género en aras del desarrollo*, ressalta que:

Em todas as regiões, estudos sobre uso do tempo demonstram que mulheres trabalham muito mais que homens, se nestes cálculos incluem-se o trabalho e a ética do cuidado (Ilahi, 2000). A acumulação de compromissos implica frequentemente que mulheres disponham de menos tempo que os homens (FAO, 2011, p. 13, tradução nossa).²

Nos casos estudados, nota-se que o trabalho doméstico feminino tem contornos específicos. Em Empata Viagem, por exemplo, o manejo – principalmente feminino – de recursos naturais com vistas à alimentação e atenção à saúde tem centralidade para as vivências cotidianas comunitárias. Configura um saber tradicional que as mulheres

1. Ver FAO (2011, p. 7 e 13).

2. No original: “En todas las regiones, los estudios sobre asignación del tiempo han demostrado que las mujeres trabajan mucho más que los hombres, si en los cálculos se incluye el cuidado ajeno (Ilahi, 2000). La acumulación de compromisos implica a menudo que las mujeres disponen de menos tiempo que los hombres”.

se orgulham em dominar, porém a comunidade como um todo tem valorizado cada vez menos este saber, na medida em que produtos industrializados ganham espaço e prestígio em Empata Viagem.

2 BRASIL

O ecossistema na região de Empata Viagem é a mata atlântica. Trata-se de uma área de preservação ambiental. Os solos são principalmente latossolos vermelho amarelo, com minerais altamente intemperizados, baixa fertilidade mineral e de retenção hídrica. Em climas tropicais, como em Empata Viagem, os solos sofrem com o calor excessivo e as chuvas torrenciais, ficando mais susceptíveis à erosão, tendo baixa atividade biológica.³ Como a região possui um alto índice pluvial e o território é rodeado pelas águas do ribeirão da Velha Honória, não falta água no território, porém se percebe que há dificuldades para o abastecimento de algumas casas e, conseqüentemente, a irrigação nas hortas e nos quintais não conseguem puxar água por gravidade. Estas casas necessitam de bombas e poucos são aqueles que detêm recursos para tanto.

A agricultura é a atividade mais importante para a região de Empata Viagem; ela pauta as relações de trabalho no quilombo. Geralmente, a casa fica próxima à horta e ao quintal e um pouco mais distante da roça. Na horta, plantam-se legumes, verduras e ervas. Nota-se que as hortas beneficiadas pela irrigação são mais produtivas, mesmo contando com a quantidade de chuvas menor que a evapotranspiração total no mês. No quintal, há uma grande variedade de frutas e, na roça, há basicamente cacau, banana e seringa. Algumas famílias têm outros espaços produtivos relevantes. Comumente, encontra-se um secador de cacau, que pode ser natural ou à lenha. A casa de farinha é mais um espaço de trabalho para a produção de farinha de mandioca e demais subprodutos desta raiz, como o beiju seco ou molhado, o beiju para cuscuz. Há ainda presença de produção de alguns animais utilizados para a subsistência.

Os papéis de homens, mulheres, crianças e idosos nas relações de trabalho são diversos, uma vez que cada um manuseia espaços, ferramentas e produtos diferentes. As hortas e os quintais são geralmente trabalhados pela mulher; elas plantam, mantêm e colhem os produtos; ademais, são as responsáveis por beneficiá-los, produzindo farinha, tapioca e cocada. Nas roças, as mulheres também têm participação efetiva na plantação, porém este espaço é principalmente manuseado por homens.

A mulher costuma trabalhar na roça pela manhã. Ao retornar, ela faz o trabalho doméstico e em seguida o trabalho no quintal e na horta. À mulher também cabe o cuidado com filhos e filhas. São beneficiárias do Programa Bolsa Família, cujo ingresso

3. Em Empata Viagem, os solos estão constantemente cobertos por restos culturais e pelas copas do cacauzeiro e da seringueira. Acredita-se, portanto, que os solos estejam sendo beneficiados, tendo uma maior atividade biológica e matéria orgânica, e uma melhor retenção hídrica.

de renda representa uma importante fonte do orçamento familiar, ao lado do comércio da produção. Enquanto a renda da comercialização é geralmente manejada pelos homens, o benefício do Programa Bolsa Família é gerido pelas mulheres. Poucas mulheres têm acesso às políticas de fomento à produção como agentes das operações de crédito. Poucas delas já participaram de atividades de mobilização de mulheres rurais, como a marcha das margaridas. O conhecimento do uso das plantas medicinais é manejado pelas mulheres e são elas que transmitem este conhecimento aos filhos ou filhas.

FOTOGRAFIA 1

Dona Crispina, quilombola de Empata Viagem, mostrando a diversidade de espécies com uso terapêutico – Brasil



Foto: Priscila Prado.

Obs.: imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

FOTOGRAFIA 2

Azeite de dendê (fruto de uma palmeira), óleo típico da culinária brasileira – Brasil



Foto: Paula Balduino de Melo.

FOTOGRAFIA 3

Dona Conceição, quilombola de Empata Viagem, simulando a produção de farinha de mandioca na tradicional casa de farinha – Brasil



Foto: Paula Balduino de Melo.

Obs.: imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

O homem trabalha na roça com a produção dos itens a serem comercializados como a banana, vendida ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA); o látex vendido para a Michelin; e o cacau vendido às exportadoras em Ubaitaba.⁴ É o homem quem dirige os caminhões modelo F-4000, um dos poucos veículos que conseguem transportar pessoas e fazer o escoamento dos produtos nas estradas de barro que ligam o quilombo de Empata Viagem à cidade mais próxima – Ubaitaba – ou à sede do município – Marau. O acesso do homem à cidade é um facilitador para a participação em articulações políticas da comunidade protagonizadas pela associação, como o acesso a créditos, além da comercialização da produção.

A mulher tem uma atuação transversal que perpassa praticamente todas as áreas das atividades desenvolvidas no quilombo, na produção (roça, quintal, horta), no trabalho doméstico, na educação e na articulação política. Nota-se que, apesar

4. Trata-se do Programa de Sistemas Agroflorestais, voltado à produção de seringa, cacau e banana, que visa principalmente à extração do látex. É encabeçado pela empresa de pneus Michelin Brasil, a qual possui propriedade limítrofe ao território de Empata Viagem.

da ampla e diversificada atuação feminina nos vários domínios, que mantém viva a comunidade, a renda está concentrada nos homens, pois eles têm facilidade de acesso ao crédito produtivo e atuam na comercialização.

A atividade comercial não é recente em Empata Viagem. O comércio foi a base das relações econômicas e sociais da região. Atualmente, além do comércio direto com o consumidor na feira semanal de Ubaitaba, quilombolas de Empata Viagem vão à cidade vender os produtos da região para os intermediários. Ainda assim, os principais canais de comercialização são aqueles estruturados pelas políticas públicas, em especial o PAA, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e executado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), e o Programa de Sistemas Agroflorestais, implementado pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC),⁵ com fomento da empresa Michelin.

No começo, a produção agrícola em Empata Viagem era principalmente de mandioca, base da alimentação da comunidade por muitos anos.⁶ A partir das décadas 1960 e 1970, o cultivo de cacau e seringa começou a se difundir. O plantio do cacau é feito ao lado de bananeiras que ajudam a sombreá-lo na fase jovem, período após o qual são retiradas. Atualmente, comercializa-se apenas a semente seca do cacau. Há, no entanto, diversos produtos derivados do cacau utilizados em Empata Viagem para consumo: mel de cacau, suco da polpa, licor, cocada de cacau etc.

Ao longo dos anos, o plantio de cacau – sem rotatividade de culturas – está esgotando os nutrientes do solo. “A terra está cansada”, como dizem os quilombolas. Assim, há cada vez mais aplicação de adubos sintéticos e herbicidas, principalmente nas roças.⁷ A utilização desenfreada destes insumos químicos e de pesticidas pode provocar uma contaminação das águas, ressaltando-se que a fonte de água de toda a comunidade é o ribeirão da Velha Honória.

5. O PAA foi implantado em Empata Viagem em 2006. Porém, apenas em 2009 este programa começa a intervir na região, com o apoio de Empresa Baiana do Desenvolvimento Agrário (EBDA), sob a modalidade de doação de alimentos para a escola da comunidade – e também para outras escolas – e equipamentos sociais de atendimento a pessoas da terceira idade. Os produtos comercializados são: frutas (principalmente a banana plantada de acordo com o Programa de Sistemas Agroflorestais), vegetais (couve, tomate, alfas, abóbora), doces, malagueta, cocadas, farinha de mandioca e tapioca preparadas na comunidade. A Associação de Quilombos da Região de Empata Viagem (AQREV) organiza os diversos produtores e produtoras quilombolas envolvidos no programa. Ao todo são entregues, a cada mês, quatro caminhões cheios de produtos. O Programa de Sistemas Agroflorestais, por sua vez, propõe o plantio da seringueira em um sistema consorciado com o cacaueiro para a substituição do sombreamento permanente por seringueiras. Consiste ainda em fomentar o cultivo de seringas em áreas não inferior a 5 ha e sua extração para a venda do látex.

6. A forma de produção consistia no sistema corte e queima. A queima era feita na dinâmica de rotação das parcelas. Atualmente, porém, devido ao crescimento demográfico, já não há espaço para estas práticas tradicionais. As famílias quilombolas entendem que esta é a razão da perda de fertilidade do solo na região, o que os leva a usar adubos para se obter uma boa produção.

7. Nas hortas, há mulheres que fazem adubos orgânicos para a produção de legumes com restos das colheitas, no mesmo espaço do plantio de legumes. As mulheres reconhecem os benefícios desta prática no incremento de produção e conservação da umidade.

3 EQUADOR

As regiões características do território ancestral têm diferentes apropriações.

- 1) O bosque seco corresponde às zonas altas das montanhas em encostas íngremes.
- 2) Os cultivos de ciclo curto (feijão, tomate de mesa, pimentão, *ají*, milho duro, cebola, sambo, abóbora, feijão verde e pepino) são empreendidos em zonas planas ou pouco íngremes.⁸ As técnicas envolvem maquinários agrícolas, tração animal e manual, com uso de agroquímicos, em um círculo de perda de fertilidade do solo que se retroalimenta. Utiliza-se sistema de irrigação por gravidade para manter o cultivo ao longo do ano ou, quando não se tem esta possibilidade, realiza-se a sementeira apenas em época de chuva.⁹
- 3) Entre os cultivos perenes, a cana-de-açúcar é a principal, localizada nas zonas planas, valendo-se de maquinários agrícolas em algumas etapas do ciclo produtivo. A sementeira e a colheita, no entanto, são manuais. Além da cana-de-açúcar, têm-se também as plantas medicinais.
- 4) As frutíferas são principalmente tuna, manga e abacate.¹⁰ Em San Juan de Lachas, situado na região de Bosque Úmido Tropical, a variedade é maior: goiaba, graviola, banana, abacaxi e frutas cítricas.¹¹

Os usos do solo têm mudado ao longo do tempo, em conformidade com as demandas do mercado.

A alimentação das famílias em Valle del Chota, La Concepción e Salinas está baseada em feijão, arroz e banana, com baixo consumo de hortaliças, apesar de as espécies nativas suprirem as necessidades alimentícias neste quesito.

8. Sambo é uma espécie de abóbora de casca verde, interior branco e sementes pretas. Pode pesar de 1kg a 4kg. Muito utilizada na elaboração de doces.

9. Outros cultivos como os de batata-doce, mandioca, *gandul*, hortaliças e folhagens – como caruru e agrião – são voltados para o autoconsumo das famílias, porém são cada vez menos comuns devido à modernização dos sistemas alimentares e ao foco da produção voltada ao comércio.

10. Tuna é uma planta arbustiva com formato de raquete. Na maioria das variedades, tem espinho. Assemelha-se a um cacto.

11. Esta comunidade, que se encontra mais distante da estrada principal, tem ainda uma produção diversificada destinada ao próprio consumo. Como não tem acesso direto ao mercado, perdem-se muitas frutas. Há, portanto um grande potencial para a transformação dos cultivos. As mulheres são as encarregadas da venda de frutas, sobretudo aquelas cultivadas em menor extensão.

FOTOGRAFIA 4

Produtos produzidos em Valle del Chota à venda no mercado de Ibarra – Equador

4A



4B



4C



Fonte: Nuno Rodrigo Madeira e Priscila Prado.

Obs.: imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

Nota-se aqui também a divisão de trabalho conforme o gênero. Nas comunidades de La Concepción, Mascarrilla, Cuajara e Salinas, as mulheres atuam na semeadura e na colheita, porém as vendas estão concentradas com os homens. Já nas comunidades de Ibarra, as mulheres se dedicam ao comércio, atividade que financia os sistemas produtivos da região. Em geral, as comunidades dominam os conhecimentos sobre usos terapêuticos das plantas e são encarregadas dos cuidados com os filhos dentro do lar.

As principais atividades no território ancestral são a agricultura e o comércio. Há também o emprego de mão de obra quilombola em outras propriedades, especialmente nas comunidades de Tapiapamba e La Victoria. Os quilombolas fazem diárias nas fazendas de cana-de-açúcar que os circundam, trabalham nas empresas produtoras de flores ou atuam como empregados domésticos. Nestes casos, em geral, são mal remunerados.

As comunidades de La Concepción, San Juan de Lachas, Mascarrilla e Cuajara dedicam-se: à produção de feijão, com maquinário agrícola, tração animal e uso de fertilizantes e praguicidas;¹² à produção de hortaliças (tomate, *ají*, pimentão); à produção de milho duro; à produção de frutas (manga, cítricos e tuna); e à produção de cana-de-açúcar, cultura dominante nesta região, vendida queimada no Engenho Azucarero Tababuela e beneficiada em rapaduras (cozida sem queima). O comércio desta produção passa pelos intermediários e, assim, não dá o retorno que poderiam dar à comunidade. A FECONIC está articulando mercados alternativos para a tuna e o feijão.¹³

12. Nos cultivos voltados para consumo próprio, não se utilizam insumos externos. Técnicas alternativas consistem na aplicação de estrume decomposto e na rotação de culturas de cereais (milho) e leguminosas (feijão), o que favorece a fertilização natural do solo.

13. A venda de feijão é feita para intermediários e indústrias de produção de conservas ou mercados justos. As comunidades também são beneficiárias com o Programa de Provisión de Alimentos do Equador, que tem semelhanças com o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) no Brasil.

No âmbito dos sistemas agrícolas, as principais problemáticas mencionadas pelas famílias referem-se à baixa disponibilidade de água para irrigação e à escassez de terra. Assim, os “solos tornam-se cansados”. Por seu turno, não há um acompanhamento permanente da produção agrícola, tampouco existem estratégias de fortalecimento das capacidades produtivas na área.

Em Mascarilla e San Juan de Lachas, empreende-se também o artesanato com barro, evocando imagens que valorizam a identidade afrodescendente. Esta atividade representa uma alternativa de renda principalmente para as mulheres e têm fomentado outras iniciativas laborais como as hortas familiares e a padaria coletiva. Em Mascarilla, a atividade está a cargo do Grupo de Arte Esperanza Negra (Gaen); em San Juan de Lachas, é a Asociación Raíces Negras que se encarrega do artesanato.

4 PANAMÁ

Os principais sistemas produtivos na região de Garachiné são a agricultura, o gado e a pesca. Na agricultura, culturas como a de milho, feijão, mandioca, inhame e arroz estão baseadas na produção de cultivos anuais, para o autoconsumo e a venda local, principalmente. Ademais, há produção de frutas como banana, cítricos e graviola. A criação de gado é também uma atividade importante, visto que é o único produto de saída comercial com intermediários, na relação com a Cidade do Panamá. Esta atividade tem sido fomentada, o que provoca a redução da área de produção agrícola. Com relação à pesca, trata-se da atividade econômica mais importante de Garachiné. A maioria dos pescadores é jovem e dedica-se exclusivamente a esta atividade. No entanto, a percepção dos pescadores é que a atividade não é mais sustentável, pois existe uma superexploração dos recursos marinhos, assim, indicaram que a quantidade de peixes vem diminuindo ano após ano. As principais espécies são: corvinas (amarela, branca, roliça, pelona e guavina), robalos, meros, pargos, camarões, lagostins e lagostas, conchas (negra) e outros mariscos. Em Garachiné, estão estabelecidos quatro compradores de pescados e frutos do mar, que revendem a produção para a capital. O transporte é feito em um pequeno avião. Durante a alta temporada – final do verão (abril, maio e junho) –, a pesca é diária. Há anos, existiu uma associação de pescadores, mas, atualmente, estão desmobilizados.

FOTOGRAFIA 5
Pé de malva (planta medicinal) – Panamá



Foto: Priscila Prado.

Obs.: imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

FOTOGRAFIA 6
Pesca marítima no corregimento de Garachiné – Panamá



Foto: Edson Guiducci Filho.

Obs.: imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

FOTOGRAFIA 7

Produção do tamales (com arroz), prato típico da região – Panamá



Foto: Priscila Prado.

Obs.: imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

Para a produção agrícola, utilizam-se sementes locais que são conservadas e intercambiadas entre as famílias produtoras. As tecnologias produtivas, tanto na agricultura quanto na pesca, são subsidiadas por conhecimentos tradicionais. Assim, por exemplo, pratica-se a agricultura de corte e queima; o que orienta a pesca, por sua vez, são os conhecimentos sobre as marés. Na criação de gado, atualmente, se está trabalhando na implementação de tecnologias como a provisão de água aos animais e o melhoramento de pasto, com apoio do Mapa e de uma organização não governamental.

A alimentação das famílias está baseada no consumo de arroz, feijão, banana e inhame, além do consumo de carne animal de peixe, de gado e de aves. Durante a pesquisa de campo, identificou-se que está havendo uma mudança nos padrões alimentares: a alimentação tradicional está dando lugar a produtos industrializados, seja nos itens de comida seja nos de bebida. O consumo de vegetais e hortaliças é baixo, pois provêm da Cidade do Panamá. Em Darién, sua oferta é reduzida. Os pratos típicos são o *guacho*, que consiste em um arroz com frutos do mar, e o *sancocho*, que é uma sopa de galinha crioula elaborada com inhame.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades tradicionais afrrurais da América Latina e do Caribe têm convivido historicamente com uma situação de extrema exclusão socioeconômica, materializada, sobretudo, pela ausência de direitos essenciais à manifestação plena das potencialidades humanas. Como resultado, a prevalência deste cenário tem colocado em risco o riquíssimo acervo cultural e as identidades destas comunidades afrrurais, impossibilitando, muitas vezes, o acesso pleno aos seus direitos. Um dos problemas específicos desta realidade diz respeito ao comprometimento da segurança alimentar e nutricional, seja pela dificuldade de acesso aos alimentos, seja por sua má qualidade.¹ Um importante indicador da vulnerabilidade social vivenciada por essas comunidades, por exemplo, é o fato de, no Brasil, da totalidade de famílias quilombolas incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, 75,6% estão no perfil de extrema pobreza, com renda *per capita* mensal igual ou inferior a R\$ 70,00.

Nos debates voltados à elaboração de políticas de segurança alimentar de amplo alcance – em nível global e local –, tem sido enfatizado que a insegurança alimentar e nutricional deve ser analisada como uma questão de grande complexidade, determinada pela interação de fatores políticos, geográficos, demográficos, edafoclimáticos, socioeconômicos, culturais e biológicos. Com efeito, a constatação deste caráter multidimensional tem indicado a necessidade de serem pensados e construídos novos arranjos e sistemas de produção, distribuição e acesso, além de estímulo a comportamentos e práticas sustentáveis de consumo dos alimentos.

O projeto foi proposto, a partir da experiência do Programa Brasil Quilombola,² como uma estratégia de fortalecimento regional das políticas para comunidades afrrurais. A aproximação interinstitucional do projeto tem como eixos o acesso a direitos e a promoção da soberania alimentar por meio da valorização das práticas alimentares e estratégias de produção baseadas no manejo sustentável dos agroecossistemas. A ideia é, sob o referencial do binômio tradição e inovação, construir um ambiente de diálogo e intercâmbio e estabelecer uma articulação entre comunidades tradicionais selecionadas em países da região, especificamente: Equador, Panamá e Brasil. Por meio desta articulação, buscou-se construir marcos para a implementação de políticas para a soberania alimentar

1. Para o caso brasileiro, ver especialmente a *Chamada nutricional quilombola* (Brasil, 2007) e IBGE (2006).

2. Lançado em 2004, é coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e desenvolvido por dezenove ministérios do governo federal. Tem o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para comunidades quilombolas. Em 2007, a gestão foi fortalecida por meio da Agenda Social Quilombola, instituída pelo Decreto nº 6.261/2007.

e para programas e políticas voltadas às comunidades afrrurais. Outro ponto fundamental é ampliar os laços entre os governos destes países, gerando um novo campo de cooperação e aperfeiçoamento de políticas públicas, além de fortalecer as redes de suas organizações de comunidades afrrurais.

O trabalho nos três territórios permitiu a identificação de potencialidades de investimentos no fortalecimento da soberania alimentar, em interface com diversos temas como a valorização do patrimônio cultural, a integridade fundiária dos territórios ancestrais, a superação de iniquidades entre homens e mulheres, entre outros. Para além destes territórios, a primeira edição do Projeto Quilombos das Américas indica o potencial de articulação em rede da população afrrural latino-americana e caribenha, iniciativa com a qual a Secretaria Ibero-Americana pode contribuir.

Neste texto, apresentaram-se, de forma sucinta, algumas possibilidades. Outra publicação será desenvolvida para aprofundar a temática com base nos relatórios finais de pesquisa.

Entre as potencialidades dos territórios investigados, um dos componentes importantes é a diversificação da produção, sobretudo, para incluir hortaliças, visando aprimorar a qualidade dos sistemas alimentares locais. Neste ponto, é muito valorosa a experiência da Embrapa como centro de investigação que trabalha com hortaliças tradicionais, as quais requerem baixos recursos e insumos externos. É possível, então, desenvolver um trabalho de difusão e conscientização sobre o consumo destas espécies. Este trabalho pode ser potencializado se, à Embrapa, agregarem-se os institutos de pesquisa em agricultura, pecuária, pesca e outras entidades produtivas dos demais países envolvidos. O conhecimento destes órgãos sobre as realidades específicas em que atuam é extremamente importante. Ademais, a troca institucional pode engrandecer o escopo de trabalho de cada uma delas, ultrapassando as referências da presente iniciativa.

Como os três territórios implementam algumas culturas agrícolas comuns, há possibilidades também de investir em ações de identificação e intercâmbio entre Empata Viagem, Valle del Chota, La Concepción, Salinas e Garachiné no tocante ao material genético, às tecnologias produtivas, ao uso culinário ancestral e alternativo para as culturas de feijão, milho, mandioca e inhame.

Os sistemas produtivos locais dos três territórios demonstram que há um potencial de fortalecimento das capacidades produtivas por meio de metodologias com enfoque em “aprender fazendo”, com vistas a incorporar tecnologias locais que incrementem a produtividade e, assim, fomentem uma alimentação variada, bem como a melhoria das condições sociais e econômicas na região. Em todas elas, é importante desenvolver práticas de experimentação das técnicas de cultivo do solo, com vistas ao seu melhoramento, buscando evitar o excessivo uso de insumos químicos.

- 1) Em Empata Viagem, pode-se investir no melhoramento da espécie, na diversificação, na tecnificação e na agroindustrialização do cacau.
- 2) Em Valle del Chota, La Concepción e Salinas, o enfoque pode voltar-se ao desenvolvimento de sistemas de irrigação eficientes, à potencialização da produção de tunas e ao desenvolvimento de estratégias de agregação de valor aos produtos locais (agrícolas e artesanais).
- 3) Em Garachiné, acredita-se que implantar estratégias de promoção do consumo de produtos locais e de manejo racional do recurso pesqueiro pode aprimorar muito a qualidade dos sistemas alimentares da comunidade.

Acredita-se que o MDA brasileiro e as instituições análogas do Equador e do Panamá podem oferecer grandes contribuições no componente produtivo anteriormente comentado. O MDA tem investido na prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para comunidades quilombolas. Trata-se de uma linha de ação que pode confluir com o Projeto Quilombos das Américas e pode ser um foco de diálogo com os órgãos dos demais países. O Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA) também se poderá agregar ao trabalho no componente produtivo.

No tocante ao acesso às terras, tema central nos três casos de estudo, percebe-se a necessidade de amadurecimento das comunidades e dos governos nacionais para se construir uma política de Estado que enfrente este complexo problema. O Incra, no Brasil, tem interesse manifesto em refletir sobre a política de regularização de territórios quilombolas à luz da troca com os institutos de terra dos demais países. Neste ponto, o envolvimento da Colômbia, que possui uma legislação voltada para a regulamentação de territórios afrrurais, seria enriquecedor. Por ora, pode ser interessante realizar nos territórios pesquisados oficinas com a temática da luta por terra e por modelos de gestão territorial. A CONAQ, movimento social que articula as comunidades quilombolas brasileiras, pode oferecer contribuições neste quesito.

Na interface entre soberania alimentar e cultura, a realização de inventários do patrimônio cultural dessas comunidades pode ser um trabalho muito rico. A partir dele, pode-se valorizar e fortalecer as práticas culinárias tradicionais, fomentando também uma produção diversificada baseada em ingredientes tradicionais. O trabalho de inventário cultural, com foco nos saberes e práticas associados aos sistemas produtivos, pode ainda envolver a juventude afrrural e promover sua interação qualificada com os griôs: mestres e anciãos (ou anciãs) das comunidades que contam a história de seu povo. A Fundação Cultural Palmares e o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

desenvolvem metodologias interessantes que se podem agregar aos trabalhos do Projeto Quilombos das Américas.

No tocante às relações de gênero, acredita-se na relevância de se implementarem ações voltadas ao empoderamento das mulheres, proporcionando um espaço de troca entre as experiências que elas vivenciam em suas comunidades. O envolvimento da ONU Mulheres neste tocante é profícuo. A proposta de se realizarem oficinas com esta temática dentro dos territórios, envolvendo as associações, federações e outras instâncias de organização comunitária, pode ser promissor. Neste ponto, acredita-se que a Conamune pode oferecer contribuições. No caso de Empata Viagem, o inventário cultural pode ter um vetor específico voltado aos saberes e às práticas referentes ao uso terapêutico de plantas e aos modos tradicionais de preparação de alimentos, especialmente com derivados da mandioca. A organização de uma publicação (por exemplo, uma cartilha) abordando estes saberes e estas práticas seria uma ação de fortalecimento das mulheres de Empata Viagem, pois são elas que detêm este conhecimento, cada vez menos valorizado na comunidade. Em Chota, acredita-se que o apoio às ações atualmente empreendidas pela Conamune seria de grande valia para atuar no empoderamento das mulheres afro-chotenses.

Nota-se a existência de muitos elementos que apontam para a continuidade das ações de articulação de comunidades afro-rurais nas Américas. O protagonismo das instituições de promoção da igualdade racial e daquelas que cuidam das relações internacionais – no Brasil, a SEPPIR, e a ABC, do MRE – é central no tocante à interlocução entre os governos.

Cabe destacar que o projeto parte da perspectiva de aproximação e cooperação entre governos e entre comunidades afro-rurais. É uma iniciativa importante no sentido de promover ações de fortalecimento dos direitos desses grupos e de ampliar as iniciativas de promoção da segurança alimentar. Ressalta-se que é uma estratégia de promoção da igualdade racial com vistas a superar a pobreza, o subdesenvolvimento, a marginalização, a exclusão social e as disparidades econômicas que estão intimamente associadas ao racismo e à discriminação racial.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. Terras de preto, terras de santo e terras de índios. Posse comunal e conflito. **Humanidades**, v. 15, Brasília, 1988.
- BRASIL. **Cadernos de estudos desenvolvimento social em debate**, Brasília, n. 9, 2008.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.
- _____. Lei nº 1.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, 2010.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Chamada nutricional quilombola 2006**. Brasília: MDS, 2007.
- CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2001. Disponível em: <<http://grioproducoes.blogspot.com/2009/06/enegrecer-o-feminismo-situacao-da.html>>. Acesso em: 8 mar. 2012.
- COLLIN, F. Diferença dos sexos (teoria da). *In*: HIRATA, H. *et al.* (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- ECUADOR. **Constitución de Ecuador de 2008**. Ecuador, 2008.
- FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **El estado mundial de la agricultura y la alimentación 2010-2011**– Las mujeres en la agricultura: cerrar la brecha de género en aras del desarrollo. Roma, 2011. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/013/i2050s/i2050s.pdf>>.
- GOES, F. L.; SILVA, T. D. O regime internacional de combate ao racismo e à discriminação racial. *In*: COLÓQUIO GLOBAL AFRICANO: MULTICULTURALISMO E SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA E DA DIÁSPORA AFRICANA, 7., nov. 2011, Salvador, Bahia. **Anais...** Salvador, 2011.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: segurança alimentar 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 148 p.
- _____. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- MELLO, M. M. **Caminhos criativos da história**: territórios da memória em uma comunidade negra rural. São Paulo: PPGAS/IFCH/UNICAMP, 2008.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais**. 1989.

QUIJANO, A. Colonialidade do saber, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Clacso Livros, 2005.

SALAZAR, J. G. **Territorios ancestrales afroecuatorianos: una lectura desde el proceso**. Quito: [s. n.], 2008. Mimeografado.

SÁNCHEZ, J. A. Territórios ancestrais afro-equatorianos: uma proposta para o exercício da autonomia territorial e dos direitos coletivos. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 3, nov. 2010/fev. 2011.

ANEXO

ANEXO A

DADOS POPULACIONAIS E INDICADORES SOCIAIS

TABELA A.1

Negros e negras nas américas

	População negra nas américas ¹		
	Total (1 mil)	Negros e negras ² (1 mil)	(%)
Américas	450.000	140.000	30,00
Brasil	190.700	96.800	50,74
Colômbia	46.900	4.400	9,50
Panamá	3.400	300	9,20
Equador	14.500	1.000	7,20

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010, tabelas 1.375 e 1.378; [s.d.]), Instituto Nacional de Estadística y Censos (INEC – Equador, 2010) do Equador, Instituto Nacional de Estadística y Censo INEC – Panamá, (2010) do Panamá e Souza (2008).

Elaboração dos autores.

Notas: ¹ Todos os quantitativos populacionais estão aproximados.

² A terminologia de cada país varia. No Brasil, negros e negras incluem pretos e pretas e pardos e pardas. Nos demais países, utiliza-se, em geral, a classificação “afrodescendentes”. No Equador constam também as categorias mulato e mulata. No Panamá, têm-se negro e negra colonial e negro e negra antilhano.

TABELA A.2

Negros e negros em situação de ruralidade

	Total (1 mil)	População rural ¹		(%)
		Negros ² (1 mil)		
Brasil	29.800	18.200		61
		Homens	Mulheres	
		9.700	8.500	
Equador	5.400	267.000		5
		Homens	Mulheres	
		140	127	
Panamá ³	1.200	38		3,2
		Homens	Mulheres	
		22	16	

(Continua)

(Continuação)

	População rural ¹		
	Total (1 mil)	Negros ² (1 mil)	(%)
Colômbia	11.500	2.900	25

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010, tabelas 1.375 e 1.378; [s.d.]), INEC – Equador (2010), INEC – Panamá (2010) e Souza (2008).

Elaboração dos autores.

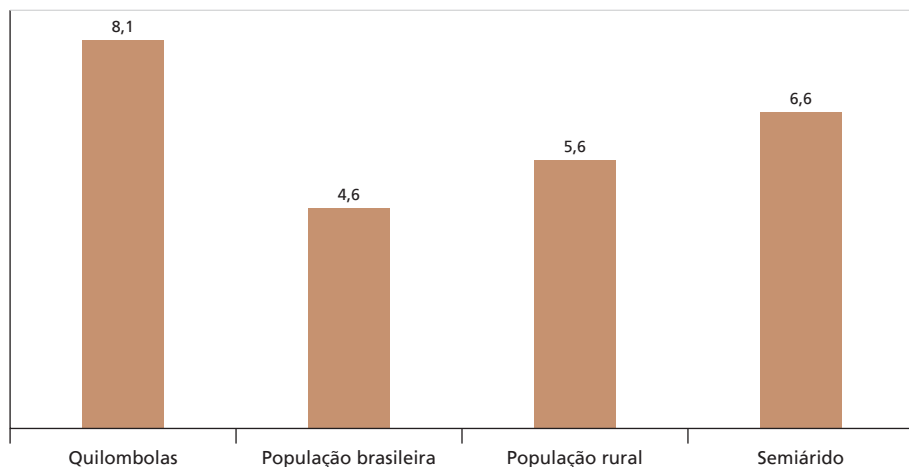
Notas: ¹ Todos os quantitativos populacionais estão aproximados.

² A terminologia de cada país varia. No Brasil, negros e negras incluem pretos e pretas e pardos e pardas. Nos demais países, utilizam-se, em geral, afrodescendentes. No Equador consta também a categoria mulato e mulata. No Panamá, têm-se negro e negra colonial e negro e negra antilhano.

³ Em 2010, formulou-se pela primeira vez a pergunta raça/cor no censo do Panamá. Porém, não foi permitido capacitar os recenseadores para a aplicação deste quesito. A pergunta não foi feita a todos os entrevistados. Mesmo com a mobilização dos movimentos afro-panamenses, com a realização da campanha de sensibilização “orgulhosamente afrodescendente”, houve debilidades que devem ter turvado a realidade da população negra de Panamá.

GRÁFICO A.1

Desnutrição infantil comparando a população brasileira, em geral, a população rural do semiárido e a população quilombola – Brasil
(Em % de crianças de até 5 anos com déficit de peso)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (IBGE, 2004, tabela 3.025; 2009, tabela 1.888), da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), da Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS), do Ministério da Saúde, da Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (Brasil, 2007), da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR), do Fundo das Nações Unidas para a Infância e da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. No meio rural, o índice de população negra em situação de insegurança alimentar moderada ou grave é três vezes maior que o mesmo índice para a população branca.

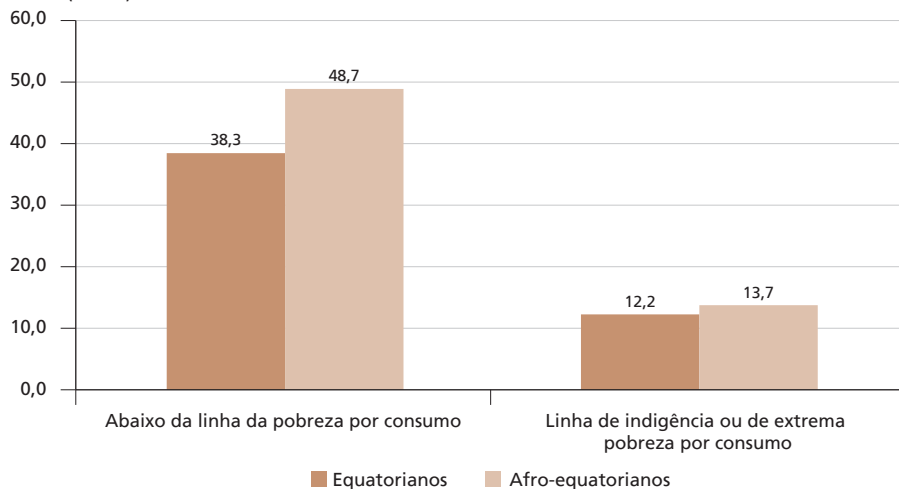
2. A proporção de crianças quilombolas desnutridas de até 5 anos é 76,1% maior que na população brasileira e 44,6% maior que na população rural.

3. Na área rural, o contingente de homens negros que têm uma ocupação é quase duas vezes maior que o de mulheres negras.

4. Vale lembrar que 47,37% do total da população do campo no Brasil são mulheres e, deste quantitativo, 60,35% é negra.

5. Imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

GRÁFICO A.2
Situação no tocante à linha da pobreza por consumo – Equador
 (Em %)

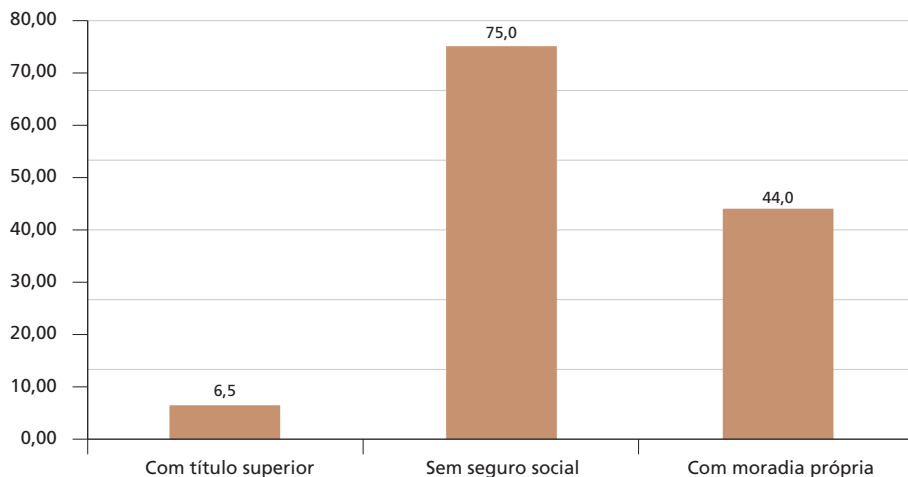


Fonte: INEC – Equador (2006; 2010).

Obs.: 1. Afro-equatorianos e afro-equatorianas apresentam condições de vida inferiores às do restante da população.

2. O censo do Equador de 2010 revelou desigualdades entre a população equatoriana em geral e a população afro-equatoriana, que tem menor acesso à escolaridade superior, ao seguro social e à moradia.

GRÁFICO A.3
Acesso à escolaridade superior, ao seguro social e a condições de moradia de afro-equatorianos e afro-equatorianas – Equador
 (Em %)

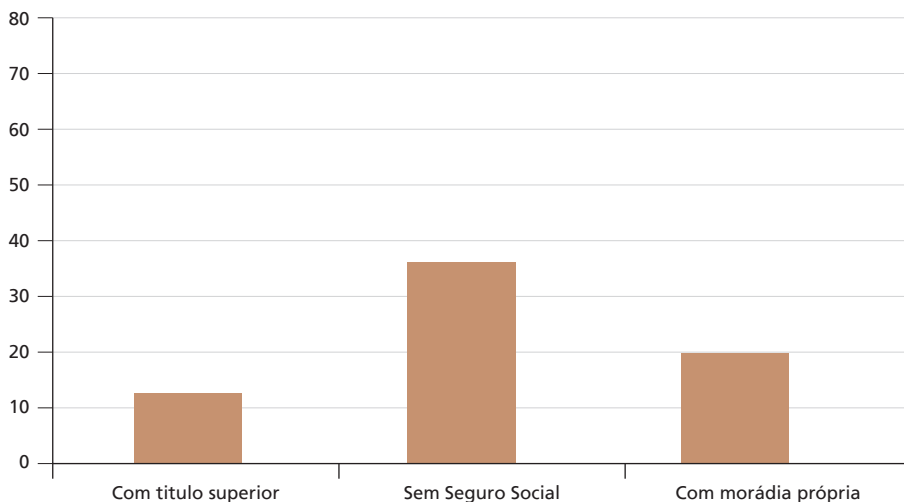


Fonte: Sistema Integrado de Indicadores Sociales del Ecuador (SIISE). Disponível em: <<http://www.siise.gob.ec/siiseweb/>>.

Obs.: existem problemas de má nutrição infantil (15,8%) devido a insuficiências nutricionais como a falta de micronutrientes.

GRÁFICO A.4

Acesso à escolaridade superior, ao seguro social e a condições de moradia de afro-panamenses – Panamá
(Em %)



Fonte: INEC – Panamá (2010).

Obs.: 1. verifica-se iniquidade de acesso da população afrodescendente no Panamá.

2. imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Chamada Nutricional Quilombola 2006**. MDS, 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Países @**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>>. Acesso em: 31 jan. 2012.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. IBGE, 2004.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. IBGE, 2009.

_____. **XII Censo Demográfico do Brasil**. IBGE, 2010.

INEC – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS E CENSOS. **Censo de Población y Vivienda 2010**. Quito, Equador. Equador, 2010.

_____. **Encuesta de Condiciones de Vida**. Quito, 2006.

INEC – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSO. **Censos Nacionales**. Panamá, 2010.

SOUZA, B. O. **Aquilombar-se**: panorama histórico, identitário e político do movimento quilombola brasileiro. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, set. 2008.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Marco Aurélio Dias Pires

Revisão

Andressa Vieira Bueno

Clícia Silveira Rodrigues

Hebert Rocha de Jesus

Idalina Barbara de Castro

Laeticia Jensen Eble

Leonardo Moreira de Souza

Luciana Dias

Olavo Mesquita de Carvalho

Reginaldo da Silva Domingos

Celma Tavares de Oliveira (estagiária)

Patrícia Firmina de Oliveira Figueiredo (estagiária)

Editoração

Aline Rodrigues Lima

Andrey Tomimatsu

Danilo Leite de Macedo Tavares

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Daniella Silva Nogueira (estagiária)

Capa

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Livraria

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3315 5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em adobe garamond pro 11/13,2 (texto)
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em offset 90g/m²
Cartão supremo 250g/m² (capa)
Brasília-DF



Secretaría General Iberoamericana
Secretaria-Geral Ibero-Americana



Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Ministério do Desenvolvimento Agrário

